



Anual de 2015

Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

CAIXA

ÍNDICE GERAL

	Página
Relatório dos Auditores Independentes	02
Demonstrativos Contábeis	05
Notas Explicativas da Administração	10

Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração da CAIXA, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.070 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.393 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.798 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.475 milhões, em 31 de dezembro de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(d) as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA possui R\$ 36.917 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.011 milhões. O valor líquido de R\$ 35.906 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada em conjunto Banco PAN S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.061 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e de custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco PAN S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Caixa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(u) as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da CAIXA para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Caixa Econômica Federal - CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações e contendo as mesmas ênfases acima mencionadas sobre créditos a receber do FCVS, crédito tributário, crédito tributário em controlada em conjunto e riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos, em 03 de março de 2016.

São Paulo, 31 de março de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Balanço Patrimonial Consolidado do Conglomerado Prudencial
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	593.209.901	512.713.109	CIRCULANTE	715.319.951	621.073.765
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	11.511.586	13.243.732	DEPÓSITOS (Nota 14)	367.198.456	341.760.050
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	153.488.590	120.528.483	Depósitos à vista	27.414.883	27.013.964
Aplicações no mercado aberto	143.111.942	113.994.866	Depósitos de poupança	241.362.624	236.836.068
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.376.868	6.534.954	Depósitos interfinanceiros	2.053.259	3.223.817
Provisões para perdas	(220)	(1.137)	Depósitos a prazo	81.827.679	66.209.815
			Depósitos especiais e de fundos e programas	14.540.011	8.476.386
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	130.835.801	119.387.140	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	186.700.704	165.935.128
Carteira própria - livre	57.504.298	75.254.038	Carteira própria	87.224.622	69.854.249
Vinculados a compromissos de recompra	61.308.900	41.152.003	Carteira de terceiros	99.476.082	96.080.879
Instrumentos financeiros derivativos	745.707	184.009	RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	91.697.612	45.743.859
Vinculados a prestação de garantias	11.276.896	2.797.090	Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	91.498.789	45.743.859
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	106.684.916	93.879.294	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	198.823	
Pagamentos e recebimentos a liquidar	19.846	83.229	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	378.120	335.101
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	106.116.550	93.345.132	Recebimentos e pagamentos a liquidar	360.696	319.759
Correspondentes	548.520	450.933	Correspondentes	17.424	15.342
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	479.552	561.884	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.598.196	1.533.644
Recursos em trânsito de terceiros	687	192	Recursos em trânsito de terceiros	1.597.614	1.501.545
Transferências internas de recursos	478.865	561.692	Transferências internas de recursos	582	32.099
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	144.504.493	129.249.192	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	7.435.182	4.918.919
Setor público	8.772.424	4.518.988	Empréstimos no exterior	7.435.182	4.918.919
Setor privado	155.052.519	138.256.038	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.348.518	2.090.507
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	764.730	748.074	TESOURO NACIONAL - PIS	310.418	195.885
Provisão para operações de créditos	(20.085.180)	(14.273.908)	BNDES	872.763	334.821
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	43.128.243	34.305.119	FGTS	163.305	1.486.099
Créditos por avais e fianças honrados	30.749	29.185	Outras	2.032	73.702
Carteira de câmbio	5.473.711	2.506.525	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	157.782	53.782
Rendas a receber	2.707.826	2.778.250	Instrumentos financeiros derivativos	157.782	53.782
Negociação e intermediação de valores	48.313	2.766	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	58.805.381	58.702.775
Créditos específicos	837.099	765.695	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	353.726	342.884
Diversos	34.414.799	28.484.931	Carteira de câmbio	104.235	342.662
Provisão para outros créditos	(384.254)	(262.233)	Sociais e estatutárias	2.943.630	1.879.939
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	2.576.720	1.558.265	Fiscais e previdenciárias	2.842.072	1.776.448
Outros valores e bens	2.689.411	1.602.667	Negociação e intermediação de valores	3.073	70.597
Provisões para perdas	(133.958)	(90.591)	Recursos para destinação específica:	12.222.859	10.107.859
Despesas antecipadas	21.267	46.189	- Obrigações de operações com loterias	1.407.542	1.483.765
NÃO CIRCULANTE	610.644.568	552.036.350	- Obrigações por fundos e programas sociais	9.305.546	8.074.813
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	50.588.444	47.756.965	- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.509.771	549.281
Carteira própria - livre	10.346.118	8.102.848	Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.369.114	1.900.636
Vinculados a compromissos de recompra	36.843.514	36.289.543	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	875.430	851.580
Instrumentos financeiros derivativos	3.395.414	721.629	Diversas	38.091.242	41.430.170
Vinculados ao Banco Central	820	1.046	NÃO CIRCULANTE	425.831.075	381.584.971
Vinculados a prestação de garantias	2.578	2.641.899	DEPÓSITOS (Nota 14)	88.128.608	77.578.706
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	26.162.028	25.145.776	Depósitos interfinanceiros	373.368	440.060
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	26.162.028	25.145.776	Depósitos a prazo	87.755.240	77.138.646
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	489.367.963	441.339.273	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	7.663.763	6.834.756
Setor público	44.216.680	43.451.441	Carteira própria	7.663.763	6.834.756
Setor privado	453.946.351	405.528.944	RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	77.692.747	92.205.218
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.596.632	4.605.327	Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	62.188.626	81.227.368
Provisão para operações de créditos	(13.391.700)	(12.246.439)	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	15.504.121	10.777.850
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	31.819.524	25.565.848	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	6.902.375	531.120
Diversos	31.842.678	25.594.041	Empréstimos no exterior	6.902.375	531.120
Provisão para outros créditos	(23.154)	(28.193)	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	206.333.649	175.341.091
PERMANENTE	12.706.609	12.228.488	TESOURO NACIONAL - PIS	367.746	584.695
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.593.561	5.327.169	BNDES	31.505.048	29.370.625
Participações em coligadas e controladas:	5.247.896	5.017.405	FGTS	172.046.779	143.547.345
- No país	5.247.658	5.016.786	Outras	2.414.076	1.838.426
- No exterior	238	619	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	59.184	59.184
Outros investimentos	701.529	499.753	Repasses do exterior	59.184	
Provisão para perdas	(355.864)	(189.989)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	39.050.749	29.294.080
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.864.856	3.754.170	Fiscais e previdenciárias	127.238	144.104
Imóveis de uso	1.590.668	1.258.361	Instrumentos híbridos de capital e dívida	430.152	
Reavaliações de imóveis de uso	715.978	739.998	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23.243.491	19.325.625
Outras imobilizações de uso	7.295.833	6.710.077	Diversas	15.249.868	9.824.351
Depreciações acumuladas	(5.737.623)	(4.954.266)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.703.443	62.090.723
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.248.192	3.147.149	Capital social:	22.054.802	22.054.802
Ativos intangíveis	4.651.966	4.264.087	- Capital de domiciliados No país	35.000.000	35.000.000
Amortizações acumuladas	(1.403.774)	(1.116.938)	- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)
			Instrumento elegível ao capital principal	36.086.566	35.867.958
			Reservas de capital	167	167
			Reserva de reavaliação	400.384	408.392
			Reservas de lucros	9.269.290	6.873.097
			Ajuste de avaliação patrimonial	(5.107.599)	(3.113.693)
			Lucros/Prejuízos Acumulados		
T O T A L	1.203.854.469	1.064.749.459	T O T A L	1.203.854.469	1.064.749.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Consolidada do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Em milhares de reais)

	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	78.203.624	144.451.337	59.649.359	106.817.001
Operações de crédito (Nota 8 (e))	45.841.182	86.600.379	35.919.247	66.348.709
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	17.418.184	34.771.994	15.350.205	28.655.192
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	6.855.422	8.874.579	2.353.175	1.460.036
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	1.755.227	2.691.087	1.267.408	1.027.385
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	6.294.405	11.435.117	4.693.626	8.936.309
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	39.204	78.181	65.698	389.370
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(67.478.195)	(123.163.489)	(49.623.890)	(85.517.469)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(45.424.489)	(82.275.721)	(33.402.116)	(57.456.366)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(10.681.506)	(18.415.235)	(7.146.526)	(12.374.978)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.298.111)	(2.815.517)	(2.348.044)	(2.529.252)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(10.074.089)	(19.657.016)	(6.727.204)	(13.156.873)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.725.429	21.287.848	10.025.469	21.299.532
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.069.654)	(20.220.073)	(7.154.602)	(14.678.768)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.646.173	16.664.478	7.943.065	15.229.948
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	2.216.250	4.196.306	1.754.644	3.299.643
Despesas de pessoal (Nota 24)	(10.134.549)	(19.762.660)	(9.345.521)	(17.879.611)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.907.438)	(11.543.818)	(5.617.589)	(10.931.306)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.761.378)	(3.476.138)	(1.451.432)	(2.912.999)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	761.201	1.078.508	403.942	681.482
Outras receitas operacionais (Nota 26)	3.969.865	8.906.314	6.246.999	11.118.488
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(8.859.778)	(16.283.063)	(7.088.710)	(13.284.413)
RESULTADO OPERACIONAL	(344.225)	1.067.775	2.870.867	6.620.764
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(393.315)	(646.019)	(328.760)	(614.650)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(737.540)	421.756	2.542.107	6.006.114
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	5.247.926	8.007.083	2.003.479	2.280.969
Tributos correntes	532.966	(135.716)	(17.240)	(901.614)
Ativo fiscal diferido	5.725.797	9.058.956	2.288.663	2.970.501
Passivo fiscal diferido	(1.010.837)	(916.157)	(267.944)	212.082
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(837.259)	(1.272.485)	(843.268)	(1.195.298)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	3.673.127	7.156.354	3.702.318	7.091.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(3.136.762)		(3.136.762)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				22.410					22.410
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.947)				6.947	
RESERVA DE LUCROS - REVERSÃO						(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.091.785	7.091.785
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					319.830			(319.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						704.654		(704.654)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.298.567)	(1.298.567)
Dividendos propostos								(1.692.379)	(1.692.379)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(695.184)	(695.184)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		218.608							218.608
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.994.073)		(1.994.073)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				16.847					16.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.891)	(10.891)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(22.923)				22.923	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.353)			(1.043.353)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.156.354	7.156.354
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					292.083			(292.083)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(1.314.687)	(1.314.687)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)		62.703.443

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	388.622	2.174.969	1.709.115	(209.255)	2.126.099	36.244.519
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.904.438)		(2.904.438)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				24.399					24.399
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(4.629)				4.629	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.702.318	3.702.318
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					150.357			(150.357)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						450.538		(450.538)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(644.299)	(644.299)
Dividendos propostos								(1.602.992)	(1.602.992)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(596.742)	(596.742)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	62.523.486
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)									
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.268.734)		(1.268.734)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				9.428					9.428
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.858)	(5.858)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.143)				7.143	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS									
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.673.128	3.673.128
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					152.253			(152.253)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						370.413		(370.413)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(941.531)	(941.531)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(628.069)	(628.069)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)		62.703.443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do Conglomerado Prudencial
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Em Milhares de Reais)

	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	12.392.270	24.400.592	10.632.355	21.712.751
Lucro Líquido	3.673.125	7.156.351	3.702.318	7.091.785
Ajustes ao Lucro Líquido:	8.719.145	17.244.241	6.930.037	14.620.966
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	178.628	528.201	(118.320)	882.489
(Ganho)/Perda em Investimentos	1.001.020	812.116	55.778	25.926
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	-	(4.193)	-	-
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(57.451)	(57.506)	795.096	(6.355)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.074.089	19.657.016	6.727.204	13.156.873
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	961.582	1.700.218	419.290	838.586
Depreciações e Amortizações	847.880	1.650.934	752.324	1.474.866
Impostos Diferidos	(4.714.960)	(8.142.799)	(2.020.719)	(3.182.583)
Despesas com provisões para causas judiciais	1.006.640	1.843.712	394.495	879.801
Resultado de Participação em Coligadas	(761.201)	(1.078.508)	(403.942)	(681.482)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	182.918	305.629	328.831	1.232.845
Despesas com atualização monetária de dividendos complementares pagos		29.421		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	26.145.806	22.870.686	8.455.220	41.127.539
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.938.070)	(5.567.846)	282.132	1.137.857
(Aumento) Redução em TVM para negociação	1.884.745	(536.645)	650.956	(4.626.197)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(10.348.052)	(12.771.418)	(2.340.756)	(7.156.612)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	225.773	(1.007.437)	(3.993.008)	(4.522.041)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	514.186	146.884	138.710	(478.377)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(35.536.367)	(82.637.167)	(57.945.510)	(121.609.653)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(7.484.327)	(7.237.841)	(3.714.358)	1.613.873
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(553.880)	(960.949)	(1.050.836)	(496.383)
(Redução) Aumento em Depósitos	28.840.765	35.988.308	27.570.656	58.283.568
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	18.081.002	21.594.583	26.847.110	56.195.494
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	7.106.618	31.641.282	26.710.910	53.926.083
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	83.797	104.000	(241.568)	(35.421)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.648.057	39.197.271	5.287.675	21.327.525
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	5.688.181	5.293.215	(9.110.362)	(10.983.214)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(66.622)	(375.554)	(636.531)	(1.448.963)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	38.538.076	47.271.278	19.087.575	62.840.290
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	2.022.681	(1.349.196)	(1.872.607)	(1.110.904)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(16.686.402)	(14.916.572)	(2.587.018)	(2.551.011)
Aquisição de Investimentos			(600.000)	(600.000)
Alienação de Imobilizado de Uso	11.009	25.075	7.255	6.331
Aquisição de Imobilizado de Uso	(491.312)	(1.065.169)	(901.298)	(1.559.831)
Baixa de Intangível	46.697	58.164	284.319	295.083
Aquisição de Intangível	(588.667)	(876.539)	(1.171.241)	(1.556.850)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(15.685.994)	(18.124.237)	(6.840.590)	(7.077.182)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD	(218.608)		27.867.958	27.867.958
Dividendos complementares dos exercícios de 2014		(1.072.773)		(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(1.598.006)	(2.414.153)	(2.148.848)	(2.990.945)
Remuneração IHCD	1.448.100		(695.184)	(695.184)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(368.514)	(3.486.926)	25.023.926	22.739.928
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.483.568	25.660.115	37.270.911	78.503.036
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do Período	130.414.945	127.238.398	89.945.201	48.713.076
Caixa e Equivalentes no fim do período	152.898.513	152.898.513	127.216.112	127.216.112
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	22.483.568	25.660.115	37.270.911	78.503.036

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	11
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	12
Nota 3 – Principais práticas contábeis	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	23
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
Nota 7 – Relações interfinanceiras	31
Nota 8 – Carteira de crédito	32
Nota 9 – Outros créditos	38
Nota 10 – Outros valores e bens	41
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	42
Nota 12 – Imobilizado de uso	44
Nota 13 – Intangível	44
Nota 14 – Depósitos	45
Nota 15 – Captações no mercado aberto	48
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	48
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	49
Nota 18 – Outras obrigações	50
Nota 19 – Patrimônio líquido	57
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	59
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	61
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	61
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	62
Nota 24 – Despesas com pessoal	63
Nota 25 – Outras despesas administrativas	63
Nota 26 – Outras receitas operacionais	64
Nota 27 – Outras despesas operacionais	64
Nota 28 – Resultado não operacional	65
Nota 29 – Despesas tributárias	65
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	66
Nota 31 – Partes relacionadas	70
Nota 32 – Benefícios a empregados	74
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	89
Nota 34 – Eventos Subsequentes	91

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

A CAIXA iniciou, ao longo deste exercício, a reestruturação societária do segmento de seguridade com a criação da empresa CAIXA Seguridade Participações S/A (“CAIXA Seguridade”) e CAIXA Holding Securitária S/A (“CAIXA Securitária”), anteriormente denominada Caixa Operadora de Seguros S/A (“CAIXA Operadora”).

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Securitária.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Circular nº 3.701/2014, do Banco Central do Brasil (BACEN), não devendo assim serem confundidas com o conjunto de “Demonstrações Contábeis Consolidadas BrGaap”, as quais são elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do CMN, do BACEN, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

De acordo com as determinações vigentes, o Conglomerado Prudencial está composto pela CAIXA, instituição líder, pela CAIXA Consórcios S.A., com controle conjunto indireto por meio da subsidiária CAIXA Seguridade e pelo FIP Veneza com controle caracterizado pela retenção substancial de riscos e benefícios detidos pela subsidiária CAIXAPAR.

O controle conjunto indireto exercido no Banco Pan é praticado pela CAIXA, por meio da subsidiária CAIXAPAR, e pelo Banco BTG Pactual S.A. o que conduz a uma situação de controle onde os controladores e a controlada são instituições financeiras. O BACEN emitiu ofício dispensando a CAIXA e o Banco BTG Pactual S.A. de realizar os procedimentos de consolidação sobre as suas participações nesta instituição.

As Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 29 de março de 2016 e pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2016.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”.

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Critérios de consolidação

A elaboração do conglomerado prudencial é disciplinada pela Resolução nº 4280/13 e pela Circular 3.701/14 que exigem que a instituição líder consolide 100% dos fundos de investimentos, diretos e indiretos, desde que a instituição assuma ou detenham substancialmente riscos e benefícios inerentes dos fundos.

A norma não estabelece critério para a avaliação quanto à retenção substancial de riscos e benefícios de fundos de investimento, assim, foi estabelecido como critério a detenção pela instituição líder do conglomerado de mais de 50% das quotas de fundos de investimento, respaldada no entendimento de que a retenção substancial de riscos e benefícios é assegurada às instituições que detêm mais de 50% das quotas de fundos de investimento uma vez que coloca a instituição como quotista majoritária do fundo, destinando aos demais quotistas, se existirem, apenas risco residual.

Na consolidação são eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não integrantes do conglomerado no resultado da controladora foram destacadas em nota explicativa. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida, com exceção dos fundos de investimentos que são consolidados integralmente.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e demais disponíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e a administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros, relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(h) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente à obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(j) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos - Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento da alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/2018, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(k) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(l) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

(m) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(n) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem os seguintes prazos de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

(q) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas. Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1). Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação. O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32

(s) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(t) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

(u) Reapresentação de Saldos Comparativos

(i) Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis. Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas na Demonstração de Resultado do Exercício.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Os efeitos na demonstração consolidada de resultado do Conglomerado Prudencial decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior, conforme determina o Banco Central, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2º semestre de 2014		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	58.381.951	1.267.408	59.649.359
Resultado de câmbio (1)	-	1.267.408	1.267.408
Despesas da intermediação financeira	(48.116.959)	(1.506.931)	(49.623.890)
Operações de captação no mercado	(31.076.033)	(2.326.083)	(33.402.116)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(510.782)	(7.146.526)
Resultado de câmbio ⁽¹⁾	(1.329.934)	1.329.934	-
Resultado bruto da intermediação financeira	10.264.992	(239.523)	10.025.469
Outras receitas/despesas operacionais	(7.394.125)	239.523	(7.154.602)
Outras receitas operacionais	6.261.065	(14.066)	6.246.999
Outras despesas operacionais	(7.342.299)	253.589	(7.088.710)
Resultado operacional	2.870.867	-	2.870.867
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.542.107	-	2.542.107
Imposto de renda e contribuição social	2.003.479	-	2.003.479
Participações dos empregados no lucro	(843.268)	-	(843.268)
Lucro líquido do período	3.702.318	-	3.702.318

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de “Despesas da intermediação financeira” para “Receitas da intermediação financeira”, em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 1.267.408 composto por (1.329.934) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 2.597.342 (2.072.494 reclassificado para Operações de captação no mercado + 524.848 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

Descrição	Exercício de 2014		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	105.789.616	1.027.385	106.817.001
Resultado de câmbio (1)	-	1.027.385	1.027.385
Despesas da intermediação financeira	(84.063.449)	(1.454.020)	(85.517.469)
Operações de captação no mercado	(55.261.337)	(2.195.029)	(57.456.366)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(12.086.030)	(288.948)	(12.374.978)
Resultado de câmbio ⁽¹⁾	(1.029.957)	1.029.957	-
Resultado bruto da intermediação financeira	21.726.167	(426.635)	21.299.532
Outras receitas/despesas operacionais	(15.105.403)	426.635	(14.678.768)
Outras receitas operacionais	11.235.730	(117.242)	11.118.488
Outras despesas operacionais	(13.828.290)	543.877	(13.284.413)
Resultado operacional	6.620.764	-	6.620.764
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.006.114	-	6.006.114
Imposto de renda e contribuição social	2.280.969	-	2.280.969
Participações dos empregados no lucro	(1.195.298)	-	(1.195.298)
Lucro líquido do período	7.091.785	-	7.091.785

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de “Despesas da intermediação financeira” para “Receitas da intermediação financeira”, em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 1.027.385 composto por (1.029.957) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 2.057.342 (1.651.152 reclassificado para Operações de captação no mercado + 406.190 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Total de Disponibilidades (caixa)	11.511.586	13.243.732
Disponibilidade em moeda nacional	8.793.272	8.573.119
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.718.314	4.670.613
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	141.386.927	113.994.666
Total	152.898.513	127.238.398

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	41.793.277	1.725.015	-	43.518.292	17.883.998
Letras Financeiras do Tesouro	99.997	-	-	99.997	-
Letras do Tesouro Nacional	8.212.503	1.725.015	-	9.937.518	17.883.998
Notas do Tesouro Nacional	33.480.777	-	-	33.480.777	-
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	99.593.650	-	-	99.593.650	96.110.668
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	6.878.300
Letras do Tesouro Nacional	30.911.806	-	-	30.911.806	34.770.744
Notas do Tesouro Nacional	68.681.844	-	-	68.681.844	54.461.624
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.690.857	112.608	573.183	10.376.648	6.533.817
Depósitos interfinanceiros	9.691.077	-	-	9.691.077	5.975.649
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	-	112.608	573.183	685.791	559.305
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(220)	-	-	(220)	(1.137)
Total - ativo circulante	151.077.784	1.837.623	573.183	153.488.590	120.528.483

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 151.283 - em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	9.177.409	16.962.906	7.674.861	12.380.946
Posição bancada	2.387.469	4.300.967	1.246.596	1.866.280
Posição financiada	6.789.940	12.661.939	6.428.265	10.514.666
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	539.774	922.482	309.224	599.929
Total	9.717.183	17.885.388	7.984.085	12.980.875

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	60.060.426	90.825.428	11.279.474	820	-	162.166.148
Letras Financeiras do Tesouro	3.432.434	43.216	-	-	-	3.475.650
Letras do Tesouro Nacional	39.418.822	64.897.444	11.276.896	820	-	115.593.982
Notas do Tesouro Nacional	16.927.134	25.884.768	2.578	-	-	42.814.480
Tesouro Nacional/ Securitização	282.036	-	-	-	-	282.036
Títulos - Empresas	7.789.990	7.326.986	-	-	-	15.116.976
Debêntures	659.030	6.917.038	-	-	-	7.576.068
Nota promissória	812.793	-	-	-	-	812.793
Letras de Crédito Imobiliário	82.873	-	-	-	-	82.873
Letras Financeiras	142.516	-	-	-	-	142.516
Cotas de Fundos	304.901	-	-	-	-	304.901
Certificado de Recebíveis Imobiliários	503.608	409.948	-	-	-	913.556
Ações	5.283.483	-	-	-	-	5.283.483
Outros	786	-	-	-	-	786
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	4.141.121	4.141.121
Total em 31/12/2015	67.850.416	98.152.414	11.279.474	820	4.141.121	181.424.245
Total em 31/12/2014	83.356.886	77.441.546	5.438.989	1.046	905.638	167.144.105

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Descrição	31/12/2015									
	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos - Brasil	165.932.869	(3.688.458)	(78.263)	162.166.148	158.336.973	-	20.265.222	28.701.336	15.282.913	97.916.677
Letras Financeiras do Tesouro	3.472.622	3.028	-	3.475.650	3.475.650	-	-	-	-	3.475.650
Letras do Tesouro Nacional	118.970.533	(3.376.551)	-	115.593.982	115.244.854	-	20.265.220	28.701.336	15.282.913	51.344.513
Notas do Tesouro Nacional	43.127.462	(314.935)	1.953	42.814.480	39.334.433	-	2	-	-	42.814.478
Tesouro Nacional/Securitização	362.252	-	(80.216)	282.036	282.036	-	-	-	-	282.036
Títulos - Empresas	18.528.451	(75.226)	(3.336.249)	15.116.976	15.102.756	5.588.384	212.808	108.809	677.358	8.529.617
Debêntures	7.698.004	(75.223)	(46.713)	7.576.068	7.576.068	-	-	-	8.675	7.567.393
Nota promissória	800.111	-	12.682	812.793	812.793	-	212.022	108.809	491.962	-
Letras de Crédito Imobiliário	82.755	-	118	82.873	82.873	-	-	-	82.873	-
Letras Financeiras	142.286	-	230	142.516	142.516	-	-	-	93.848	48.668
Cotas de Fundos	304.901	-	-	304.901	304.901	304.901	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.003.204	(3)	(89.645)	913.556	899.335	-	-	-	-	913.556
Ações	8.496.404	-	(3.212.921)	5.283.483	5.283.483	5.283.483	-	-	-	-
Outros	786	-	-	786	787	-	786	-	-	-
Total – TVM	184.461.320	(3.763.684)	(3.414.512)	177.283.124	173.439.729	5.588.384	20.478.030	28.810.145	15.960.271	106.446.294
Para negociação (3)	102.438.884	(3.763.684)	-	98.675.200	98.675.200	210.018	15.207.208	13.818.830	9.990.990	59.448.154
Disponíveis para Venda	17.809.444	-	(3.414.512)	14.394.932	14.394.932	5.378.366	212.022	108.809	677.359	8.018.376
Mantidos até o Vencimento (4)	64.212.992	-	-	64.212.992	60.369.597	-	5.058.800	14.882.506	5.291.922	38.979.764
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.141.121	-	-	4.141.121	4.141.121	-	373.199	70.988	301.520	3.395.414
Total – TVM e Derivativos	188.602.441	(3.763.684)	(3.414.512)	181.424.245	177.580.850	5.588.384	20.851.229	28.881.133	16.261.791	109.841.708

(1) Ajuste a valor de mercado no resultado.

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.790.657) em 31/12/2015; 31/12/2014 – (1.448.268); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/12/2015						31/12/2014				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	15.207.208	13.818.830	9.990.990	58.640.295	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323	102.319.699	(1.572.172)	100.747.527
LFT	-	-	-	-	3.475.650	3.472.622	3.028	3.475.650	357.652	181	357.833
LTN	-	15.207.208	13.818.830	9.990.990	46.888.394	89.281.974	(3.376.552)	85.905.422	99.340.432	(1.563.359)	97.777.073
NTN	-	-	-	-	8.276.251	8.591.184	(314.933)	8.276.251	2.621.615	(8.994)	2.612.621
Títulos - Empresas	210.018	-	-	-	807.859	1.093.104	(75.227)	1.017.877	1.110.349	44.362	1.154.711
Debêntures	-	-	-	-	806.756	881.980	(75.224)	806.756	967.040	44.346	1.011.386
Cotas de fundos	158.318	-	-	-	-	158.318	-	158.318	141.547	-	141.547
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.103	1.106	(3)	1.103	1.762	16	1.778
Ações	51.700	-	-	-	-	51.700	-	51.700	-	-	-
Total	210.018	15.207.208	13.818.830	9.990.990	59.448.154	102.438.884	(3.763.684)	98.675.200	103.430.048	(1.527.810)	101.902.238

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/12/2015						31/12/2014				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	368.300	446.563	(78.263)	368.300	16.976	(947)	16.029
NTN	-	-	-	-	86.264	84.311	1.953	86.264	4.886	2.397	7.283
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	282.036	362.252	(80.216)	282.036	12.090	(3.344)	8.746
Títulos - Empresas	5.378.366	212.022	108.809	677.359	7.650.076	17.362.881	(3.336.249)	14.026.632	17.554.328	(2.530.548)	15.023.780
Debêntures	-	-	-	8.676	6.760.636	6.816.024	(46.712)	6.769.312	6.906.485	(15.497)	6.890.988
Nota promissória	-	212.022	108.809	491.962	-	800.112	12.681	812.793	-	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	82.873	-	82.755	118	82.873	259.069	27	259.096
Letras Financeiras	-	-	-	93.848	48.668	142.286	230	142.516	219.038	36	219.074
Cotas de Fundos	146.583	-	-	-	-	146.583	-	146.583	122.240	-	122.240
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	840.772	930.417	(89.645)	840.772	784.097	79.377	863.474
Ações (2)	5.231.783	-	-	-	-	8.444.704	(3.212.921)	5.231.783	9.263.399	(2.594.491)	6.668.908
Total	5.378.366	212.022	108.809	677.359	8.018.376	17.809.444	(3.414.512)	14.394.932	17.571.304	(2.531.495)	15.039.809

(1) Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.790.657) em 31/12/2015; 31/12/2014 – (1.448.268); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 228.233.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2015					31/12/2014		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	5.058.014	14.882.506	5.291.922	38.908.083	64.140.525	60.311.350	49.144.587	49.159.865
LTN	5.058.012	14.882.506	5.291.922	4.456.120	29.688.560	29.339.432	14.276.641	14.152.869
NTN	2	-	-	34.451.963	34.451.965	30.971.918	34.867.946	35.006.996
Títulos - Empresas	786	-	-	71.681	72.467	58.247	151.833	150.322
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	71.681	71.681	57.460	143.527	142.016
Outros	786	-	-	-	786	787	8.306	8.306
Total	5.058.800	14.882.506	5.291.922	38.979.764	64.212.992	60.369.597	49.296.420	49.310.187

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.760.758	7.572.047	3.917.534	8.553.596
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.308.813	2.056.355	923.798	1.728.905
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.619.912	7.241.492	2.508.168	5.367.628
Outros	11.518	16.712	16.620	24.188
Total	7.701.001	16.886.606	7.366.120	15.674.317

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e a partir de setembro de 2015 dos contratos de empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62.

O hedge contábil das emissões externas e dos empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL						
Estruturas	31/12/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	8.461.493	3.131.123	13.523.638	4.943.633	739.273	6.390.881
Empréstimos 4.131	8.051.087	943.617	9.421.628	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	(91.401)	1.311.694	898.460	(45.676)	1.013.536
Total	17.523.240	3.983.339	24.256.960	5.842.093	693.597	7.404.417

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL					
Vencimento	31/12/2015			31/12/2014	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2015	-	-	-	197.998	-
2016	413.232	2.063.749	-	188.617	-
2017	2.161.629	3.075.832	175.000	1.952.430	95.000
2018	958.578	2.911.506	16.500	124.083	6.500
2019	4.147.736	-	10.150	1.700.187	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-
Total	8.461.494	8.051.087	1.010.660	4.943.634	898.460

g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido) / A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	-	-	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	70.294.595	99.146.777	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	70.292.013	99.066.737	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	2.582	80.040	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	17.523.240	8.715.390	4.343.099	(201.978)	4.141.121	905.638
Índices	1.010.660	898.571	49.009	(46.528)	2.481	189
Moeda Estrangeira	16.512.580	7.816.819	4.294.090	(155.450)	4.138.640	905.449
Posição Passiva	17.523.240	8.715.390	215.337	(57.555)	157.782	53.782
Índices	1.010.660	898.571	-	93.882	93.882	46.277
Moeda Estrangeira	16.512.580	7.816.819	215.337	(151.437)	63.900	7.505

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	31/12/2015							31/12/2014
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.343.099	(201.978)	4.141.121	373.199	70.988	301.520	3.395.414	905.638
BM&FBOVESPA	49.009	(46.528)	2.481	-	-	-	2.481	189
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-
Inst. Financeiras	4.294.090	(155.450)	4.138.640	373.199	70.988	301.520	3.392.933	905.449
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	215.337	(57.555)	157.782	1.130	-	844	155.808	53.782
BM&FBOVESPA	-	93.882	93.882	-	-	-	93.882	45.930
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	347
Inst. Financeiras	215.337	(151.437)	63.900	1.130	-	844	61.926	7.505

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	31/12/2015					31/12/2014
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos Futuros	1.595.409	10.208.970	8.358.299	50.131.917	70.294.595	99.146.777
Contratos de Swaps	1.513.512	171.145	792.324	15.046.259	17.523.240	8.715.390

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	2.886.334	4.277.477	1.119.722	691.444
Futuro	3.969.088	4.597.102	1.233.453	768.592
Total realizado	6.855.422	8.874.579	2.353.175	1.460.036

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Títulos públicos	11.280.294	5.440.035
Notas do Tesouro Nacional	2.578	2.543
Letras do Tesouro Nacional	11.277.716	5.430.855
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.637

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/12/2015	31/12/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.970.101	5.386.280
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	53.926.379	47.223.375
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	22.343.773	7.207.801
Compulsório adicional (2)	Taxa SELIC	24.876.297	33.527.676
Total		106.116.550	93.345.132

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(2) Variação decorrente das alterações trazidas pela Circular BACEN 3.755 de 28/05/2015, com efeitos a partir de JUN/15.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FGTS a ressarcir	91.941	85.207
FCVS a receber	28.867.828	28.028.495
Não habilitados (1)	1.686.271	2.053.613
Habilitados e não homologados (2)	9.707.114	9.274.758
Habilitados e homologados (3)	17.474.443	16.700.124
Provisão FCVS a receber	(2.797.741)	(2.967.926)
Total (líquido de provisão) (4)	26.162.028	25.145.776

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	5.083.022	9.192.461	3.876.248	7.308.196
Créditos vinculados ao SFH	1.211.383	2.242.656	817.378	1.628.113
Total	6.294.405	11.435.117	4.693.626	8.936.309

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
Operações de crédito	330.543.542	102.271.253	94.520.958	72.516.092	32.699.178	7.869.795	4.375.577	5.014.308	17.538.633	667.349.336	597.108.812
Empréstimos e Títulos descontados	18.838.984	36.991.873	43.769.021	33.498.850	10.932.876	4.177.992	2.538.657	2.002.340	10.993.491	163.744.084	150.624.839
Financiamentos	12.652.223	11.523.778	2.919.787	3.456.015	2.685.880	594.005	388.507	285.065	1.415.613	35.920.873	39.894.998
Financiamentos rurais e agroindustriais	990.890	1.784.075	2.390.431	1.614.703	365.518	64.174	51.902	41.523	185.618	7.488.834	4.915.019
Financiamentos imobiliários	253.015.354	35.628.548	39.049.288	29.415.151	17.798.475	1.988.374	1.387.501	964.814	4.928.378	384.175.883	339.838.641
Financiamentos de infraestrutura	43.842.056	12.501.780	6.237.980	4.446.462	883.364	1.031.673	-	1.714.546	440	70.658.301	56.481.914
Cessão de créditos	1.204.035	3.841.199	154.451	84.911	33.065	13.577	9.010	6.020	15.093	5.361.361	5.353.401
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	3.279.710	5.805.431	1.226.079	989.208	397.217	190.942	45.853	23.406	179.405	12.137.251	9.820.919
Cartão de crédito	905.190	4.833.321	395.778	457.654	199.854	61.057	30.306	18.805	126.711	7.028.676	7.171.685
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	2.366.677	799.539	721.444	457.404	76.618	35.301	7.622	3.306	49.359	4.517.270	1.906.534
Créditos adquiridos (2)	-	168.218	104.967	67.773	101.829	87.786	-	-	-	530.573	684.730
Diversos	7.843	4.353	3.890	6.377	18.916	6.798	7.925	1.295	3.335	60.732	57.970
Total	333.823.252	108.076.684	95.747.037	73.505.300	33.096.395	8.060.737	4.421.430	5.037.714	17.718.038	679.486.587	606.929.731
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(23.296)	(557.206)	(1.087.500)	(2.507.914)	(3.613.591)	(2.636.188)	(2.210.717)	(3.526.401)	(17.718.038)	(33.880.851)	(26.806.599)
Total líq. de provisões	333.799.956	107.519.478	94.659.537	70.997.386	29.482.804	5.424.549	2.210.713	1.511.313	-	645.605.736	580.123.132

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
Provisão regulamentar	-	(540.384)	(957.471)	(2.205.160)	(3.309.641)	(2.418.221)	(2.210.717)	(3.526.401)	(17.718.038)	(32.886.033)	(26.806.599)
Operações de crédito	-	(511.356)	(945.210)	(2.175.485)	(3.269.919)	(2.360.939)	(2.187.790)	(3.510.016)	(17.538.634)	(32.499.349)	(26.520.347)
Empréstimos e títulos descontados	-	(184.959)	(437.690)	(1.004.966)	(1.093.288)	(1.253.398)	(1.269.329)	(1.401.638)	(10.993.491)	(17.638.759)	(10.116.900)
Financiamentos	-	(57.619)	(29.198)	(103.680)	(268.588)	(178.202)	(194.254)	(199.546)	(1.415.613)	(2.446.700)	(5.560.415)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(8.920)	(23.904)	(48.441)	(36.552)	(19.252)	(25.951)	(29.066)	(185.618)	(377.704)	(135.587)
Financiamentos imobiliários	-	(178.143)	(390.493)	(882.455)	(1.779.848)	(596.512)	(693.751)	(675.370)	(4.928.378)	(10.124.950)	(10.208.721)
Financiamentos de infraestrutura	-	(62.509)	(62.380)	(133.394)	(88.336)	(309.502)	-	(1.200.182)	(440)	(1.856.743)	(481.332)
Cessão de créditos	-	(19.206)	(1.545)	(2.549)	(3.307)	(4.073)	(4.505)	(4.214)	(15.094)	(54.493)	(17.392)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(29.028)	(12.261)	(29.675)	(39.722)	(57.282)	(22.927)	(16.385)	(179.404)	(386.684)	(286.252)
Cartão de crédito	-	(24.167)	(3.958)	(13.730)	(19.985)	(18.317)	(15.153)	(13.164)	(126.711)	(235.185)	(229.054)
Adiantamento de Contratos de Câmbio	-	(3.998)	(7.214)	(13.722)	(7.662)	(10.590)	(3.811)	(2.314)	(49.359)	(98.670)	-
Créditos adquiridos	-	(841)	(1.050)	(2.033)	(10.183)	(26.336)	-	-	-	(40.443)	(52.631)
Diversos	-	(22)	(39)	(190)	(1.892)	(2.039)	(3.963)	(907)	(3.334)	(12.386)	(4.567)
Provisão complementar (1)	(23.296)	(16.822)	(130.029)	(302.754)	(303.950)	(217.967)	-	-	-	(994.818)	-
Operações de crédito	(23.001)	(16.521)	(128.325)	(296.279)	(299.091)	(214.314)	-	-	-	(977.531)	-
Empréstimos e títulos descontados	(15.179)	(9.974)	(75.231)	(219.410)	(234.532)	(145.564)	-	-	-	(699.890)	-
Financiamentos	(5.486)	(2.326)	(14.735)	(46.227)	(61.821)	(68.575)	-	-	-	(199.170)	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(335)	(384)	(3.788)	(14.992)	(1.281)	(175)	-	-	-	(20.955)	-
Financiamentos imobiliários	(2.001)	(3.837)	(34.571)	(15.650)	(1.457)	-	-	-	-	(57.516)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(295)	(301)	(1.704)	(6.475)	(4.859)	(3.653)	-	-	-	(17.287)	-
Cartão de crédito	(87)	(93)	(769)	(2.992)	(3.557)	(2.353)	-	-	-	(9.851)	-
Adiantamento de Contratos de Câmbio	(201)	(196)	(866)	(3.302)	(614)	(1.300)	-	-	-	(6.479)	-
Diversos	(7)	(12)	(69)	(181)	(688)	-	-	-	-	(957)	-
Total Provisão	(23.296)	(557.206)	(1.087.500)	(2.507.914)	(3.613.591)	(2.636.188)	(2.210.717)	(3.526.401)	(17.718.038)	(33.880.851)	(26.806.599)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses. Os valores de 31/12/2015 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014 (1)
01 a 30 dias	5.291.997	8.688.793	4.018.829	3.349.155	1.110.262	272.224	114.493	1.793.259	461.941	25.100.953	23.424.577
31 a 60 dias	4.084.403	4.148.137	2.399.386	1.856.014	592.235	134.159	56.748	34.141	208.811	13.514.034	12.653.054
61 a 90 dias	3.952.777	3.532.431	2.185.496	1.828.420	525.500	117.592	46.439	30.178	186.875	12.405.708	11.585.191
91 a 180 dias	12.225.326	9.649.662	7.158.204	5.412.140	1.480.867	317.609	126.398	79.023	510.206	36.959.435	32.379.962
181 a 360 dias	24.390.185	12.601.707	11.088.533	8.534.967	2.334.621	467.527	172.635	97.857	620.963	60.308.995	49.364.793
Acima de 360 dias	283.878.564	69.455.954	58.603.109	40.227.440	13.438.596	2.406.164	548.098	394.102	3.321.175	472.273.202	425.565.299
Total	333.823.252	108.076.684	85.453.557	61.208.136	19.482.081	3.715.275	1.064.811	2.428.560	5.309.971	620.562.327	554.972.876

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014 (1)
Parcelas Vencidas	-	-	628.143	1.716.962	2.389.206	2.206.673	2.110.440	1.677.193	9.531.990	20.260.607	14.335.953
01 a 30 dias	-	-	521.597	214.299	163.576	44.438	28.073	20.129	82.690	1.074.802	1.052.117
31 a 60 dias	-	-	106.546	750.262	265.250	101.041	48.948	28.661	140.926	1.441.634	1.410.621
61 a 90 dias	-	-	-	492.775	1.282.419	409.410	157.515	88.745	425.199	2.856.063	2.531.099
91 a 180 dias	-	-	-	259.626	677.886	1.244.651	1.412.155	1.057.969	1.779.345	6.431.632	4.285.324
181 a 360 dias	-	-	-	-	75	407.133	463.749	481.689	6.261.606	7.614.252	4.723.868
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	842.224	842.224	332.924
Parcelas Vincendas	-	-	9.665.337	10.580.202	11.225.108	2.138.789	1.246.179	931.961	2.876.077	38.663.653	35.714.368
01 a 30 dias	-	-	204.894	245.336	168.358	55.581	24.637	18.793	71.412	789.011	739.978
31 a 60 dias	-	-	172.764	221.764	156.488	46.786	24.056	18.276	68.752	708.886	622.500
61 a 90 dias	-	-	169.487	218.401	153.967	46.541	23.488	17.863	66.952	696.699	613.587
91 a 180 dias	-	-	483.106	616.591	442.872	129.743	66.871	50.245	190.006	1.979.434	1.770.160
181 a 360 dias	-	-	933.379	1.048.621	819.259	234.976	122.015	92.539	339.535	3.590.324	3.244.347
Acima de 360 dias	-	-	7.701.707	8.229.489	9.484.164	1.625.162	985.112	734.245	2.139.420	30.899.299	28.723.796
Total	-	-	10.293.480	12.297.164	13.614.314	4.345.462	3.356.619	2.609.154	12.408.067	58.924.260	50.050.321

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/12/2015	31/12/2014 (1)
SETOR PÚBLICO	53.154.586	47.934.072
Administração Direta	28.015.215	25.215.734
Administração Indireta – Petroquímico	11.308.664	11.269.806
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	4.169.113	3.863.358
Administração Indireta – Outros	9.661.594	7.585.174
SETOR PRIVADO	626.332.001	557.089.125
PESSOA JURÍDICA	139.077.776	122.272.415
Comércio varejista	24.428.543	25.626.361
Construção civil	17.291.122	15.104.225
Siderurgia e Metalurgia	9.630.222	9.615.257
Energia elétrica	12.167.623	9.655.847
Serviços financeiros	8.457.686	5.840.081
Outras indústrias	7.726.781	8.442.422
Transporte	10.192.010	9.038.161
Agronegócio e Extrativismo	5.330.556	3.688.586
Comércio atacadista	7.105.384	5.872.840
Saúde	4.026.272	3.647.364
Saneamento e infraestrutura	5.684.020	3.518.471
Petroquímico	2.497.286	2.321.577
Têxtil	2.047.543	2.106.974
Comunicação	1.538.300	1.564.542
Alimentação	2.321.937	1.924.034
Serviços pessoais	346.073	375.437
Outros serviços	18.286.418	13.930.236
PESSOA FÍSICA	487.254.225	434.816.710
Total	679.486.587	605.023.197

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	22.661.761	44.277.328	19.400.509	36.105.307
Financiamentos rurais e agroindustriais	231.007	395.772	94.164	154.477
Financiamentos imobiliários	18.293.023	34.176.442	14.200.818	26.287.120
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	4.648.777	7.740.781	2.220.126	3.794.730
Outros créditos	6.614	10.056	3.630	7.075
Total	45.841.182	86.600.379	35.919.247	66.348.709

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas

No decorrer do período de 2015 foram realizadas cessões onerosas de crédito conforme quadro abaixo:

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
Renova Securitizadora S.A. (1º trimestre)	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Renova Securitizadora S.A. (2º trimestre)	935.040	4.925.126	5.860.166	145.904
Ativos S.A (2º trimestre)	355.044	721.611	1.076.655	26.303
Omni S/A (3º trimestre)	145.748	2.148.011	2.293.759	69.958
Omni S/A (4º trimestre)	939.366	48.186	987.552	65.999
Ativos S.A (4º trimestre)	1.311.287	250.117	1.561.404	66.828
Total	3.714.054	9.411.112	13.125.166	439.321

Descrição	Resultado com cessão de carteiras			
	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	1.482.162	3.237.459	2.396.571	2.577.435
Valor recuperado prejuízo (1)	124.907	366.765	617.948	617.948
Ativos S.A	56.123	85.132	-	-
EMGEA	-	-	604.203	604.203
Omni S/A	68.784	68.784	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	212.849	13.745	13.745
Reversão de provisão (1)	1.084.038	2.352.007	1.546.920	1.546.920
Ativos S.A	-	338.066	-	-
EMGEA	-	-	924.882	924.882
Omni S/A	1.084.038	1.084.038	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	929.903	622.038	622.038
Receitas vinculadas a cessões (2)	273.217	518.687	231.703	412.567
RB Capital Securitizadora	273.217	518.687	231.703	412.567
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(1.298.111)	(2.815.517)	(2.348.044)	(2.529.252)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(275.050)	(519.166)	(231.835)	(413.043)
RB Capital Securitizadora	(275.050)	(519.166)	(231.835)	(413.043)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinculadas à cessão (1)	(1.023.061)	(2.296.351)	(2.116.209)	(2.116.209)
Ativos S.A	(4.486)	(345.257)	-	-
EMGEA	-	-	(1.389.279)	(1.389.279)
Omni S/A	(1.018.575)	(1.018.575)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	-	(932.519)	(726.930)	(726.930)
Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)	(21.235)	(56.542)	(6.250)	(14.196)
RB Capital Securitizadora	(21.235)	(56.542)	(6.250)	(14.196)
Total	162.816	365.400	42.277	33.987

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A, EMGEA, Omni S/A e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Modalidade com coobrigação (1)	41.125	82.540	4.319	13.224
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	41.341	85.133	4.603	14.011
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(216)	(2.593)	(284)	(787)
Modalidade sem coobrigação (2)	1.611.348	2.822.761	919.081	1.702.106
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.611.136	2.823.051	928.666	1.712.026
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	212	(290)	(9.585)	(9.920)
Resultado	1.652.473	2.905.301	923.400	1.715.330

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Principal devedor	11.308.664	1,66	11.269.806	1,86
10 maiores devedores	47.803.402	7,02	42.036.699	6,95
20 maiores devedores	66.334.889	9,75	56.786.112	9,39
50 maiores devedores	89.689.691	13,18	77.560.357	12,82
100 maiores devedores	104.434.440	15,35	89.805.708	14,84

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações Renegociadas	7.392.620	13.004.376	5.068.165	10.269.836
Operações Comerciais	7.183.394	12.532.483	4.734.691	9.575.947
Operações Habitacionais	209.226	471.893	333.474	693.889
Operações Recuperadas	1.407.960	2.460.437	2.225.461	3.029.774
Operações Comerciais	1.160.889	1.950.470	985.576	1.527.527
Operações Habitacionais	247.071	509.967	1.239.885	1.502.247

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(29.413.979)	(26.806.599)	(25.411.010)	(23.966.296)
Constituição de provisão no período	(21.668.531)	(39.023.091)	(12.306.980)	(21.637.366)
Reversão de provisão no período	11.594.442	19.366.075	5.580.988	8.481.705
Transferência para prejuízo	5.607.217	12.582.764	5.330.403	10.315.358
Saldo final	(33.880.851)	(33.880.851)	(26.806.599)	(26.806.599)

(1) Variação em 2015 refere-se essencialmente às operações de Cessão de créditos.

(2) Em 2015, inclui reversões de provisões decorrentes da correção do valor de dívida de operações de crédito que estavam com atualização de encargos de atraso em desacordo com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999. Este acréscimo de receita é anulado pela despesa com ajustes operacionais em operações de crédito (Nota 27).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos por Avais e Fianças Honrados	30.749	29.185
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	5.473.711	2.506.525
Rendas a Receber	2.707.826	2.778.250
Dividendos e JCP a receber	127.028	-
Convênios setor privado	106.535	121.814
Convênios setor público	499.310	542.349
Administração de fundos de investimento	61.143	47.683
Administração de fundos e programas sociais	1.900.570	1.960.237
Outras rendas a receber	13.240	106.167
Negociação e Intermediação de valores	48.313	2.766
Créditos Específicos	837.099	765.695
Diversos – Nota 9 (b)	66.257.477	54.078.972
Provisão para Outros Créditos	(407.408)	(290.426)
Total	74.947.767	59.870.967

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos tributários – (Nota 20)	35.906.524	25.193.056
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	13.711.947	12.625.881
Adiantamentos e antecipações salariais	208.912	190.799
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	2.414.154	1.400.065
Impostos e contribuições a compensar	1.177.980	1.085.148
Cartão de crédito (1)	7.393.442	7.313.709
Prêmio em aquisição de carteiras	1.512.617	1.188.447
Seguros a receber	212.373	125.950
Créditos adquiridos	530.574	684.730
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	138.843	176.617
Valores a receber – royalties	277.384	17.260
Valores a receber – FND	451.485	410.761
Valores a receber - correspondentes bancários	107.097	146.546
Valores a receber - resgate de bônus	105.906	97.994
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	8.372	47.118
Valores a receber - créditos administrados	25.243	25.630
Valores a receber - planos de saúde autogestão	13.805	22.224
Valores a receber – TVM no exterior	-	344.967
Valores a receber – Cessão de créditos	30.896	-
Valores a receber – sociedades ligadas	500.000	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	181.918	103.577
Valores a apropriar (2)	2.294.688	3.976.640
Outros devedores (3)	696.107	384.199
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	(1.411.087)
Provisão para perdas - diversos (4)	(231.703)	(71.259)
Total	66.257.477	54.078.972

(1) Inclui R\$ 7.028.676 (31/12/2014 – 7.171.685) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R\$ (108.257) apurado e reconhecido em 2015.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	26.236	19.581
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	5.368.387	2.467.809
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	80.092	20.896
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(1.004)	(1.761)
Ativo circulante	5.473.711	2.506.525
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	52.011	165.694
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	4.489.402	2.104.398
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.437.178)	(1.927.430)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	104.235	342.662

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	21.392.670	34.797.886	7.932.071	11.558.319
Disponibilidade em moeda estrangeira	21.305.493	34.659.800	7.904.815	11.522.050
Títulos emitidos no exterior	-	-	3.738	3.738
Outras	87.177	138.086	23.518	32.531
Despesas	(19.637.443)	(32.106.799)	(6.664.663)	(10.530.934)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(19.637.001)	(32.106.078)	(6.664.402)	(10.530.491)
Títulos emitidos no exterior	-	-	-	-
Outras	(442)	(721)	(261)	(443)
Resultado de câmbio	1.755.227	2.691.087	1.267.408	1.027.385

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados e à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC (31/12/2015 e 31/12/2014);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bens não de uso próprio	2.654.566	1.567.595
Imóveis patrimoniais não de uso	403.467	224.992
Imóveis adjudicados/arrematados	2.251.099	1.342.603
Despesas antecipadas	21.267	46.189
Material de consumo	34.845	35.072
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(133.958)	(90.591)
Total	2.576.720	1.558.265

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(94.693)	(90.591)	(30.371)	(31.614)
Constituição	(57.433)	(69.927)	(70.026)	(95.274)
Baixas	18.168	26.560	9.806	36.297
Saldo final	(133.958)	(133.958)	(90.591)	(90.591)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

a) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA

Em 27 de maio de 2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30 de junho de 2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”), conforme descrito a seguir:

- I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27 de maio de 2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015;
- II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“PAN Corretora”) Adquirida em 29 de dezembro de 2014 pela CAIXAPAR;
- III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. (“PAN Seguros”) Adquirida em 19 de junho de 2015 pela CAIXAPAR;
- IV. 48,21% das ações da Caixa Seguros Holding S.A. (“CAIXA Seguros”) Incorporada em 26 de fevereiro de 2010 pela CAIXAPAR.

A Administração da CAIXA Operadora, representada por sua única acionista Caixa Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de julho de 2015, deliberou, principalmente, sobre as seguintes matérias:

- I. Alteração da denominação social da Companhia, que passa a ser designada Caixa Holding Securitária S.A. (“CAIXA Securitária”);
- II. Alteração do objeto social da Companhia, que passa a contemplar, exclusivamente, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.”
- III. Aumento do capital social de R\$ 100, totalmente integralizado, para R\$ 363.740, mediante cessão à Companhia das ações representativas do capital social da PAN Seguros e das quotas representativas do capital social da PAN Corretora, anteriormente pertencentes à CAIXA Seguridade.

Principais participações diretas e indiretas da **CAIXA Seguridade**:

CAIXA Seguros Holding S.A: Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30/06/2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade.”

CAIXA Holding Securitária: Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27 de maio de 2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PAN Seguros: Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG") conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R\$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19 de junho de 2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015.

PAN Corretora: Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

A Administração da CAIXA Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de dezembro de 2015, aprovou:

- I. A incorporação da Reserva de Capital ao Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 457.720, sem alteração do número de ações;
- II. A redução de Capital Social no valor de R\$ 500.000, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº. 6.404/76. O acionista receberá a título de restituição de parte do valor de suas ações o montante de R\$ 0,416666 por ação;
- III. O Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 2.756.687;
- IV. A redução de Capital Social se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária, prazo para oposição de credores conforme previsto no artigo 174 da Lei 6.404/76.

(b) Conglomerado Prudencial

A carteira de investimento do Conglomerado Prudencial é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	30.435.197	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21

O saldo do investimento CAIXA Seguridade refere-se ao saldo de investimento consolidado, desta forma a participação de 100% na CAIXA Holding Securitária é eliminada quando da elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A empresa CAIXA Consórcios está consolidada no Conglomerado Prudencial, desta forma, a participação desta empresa na CAIXA Seguros Holding foi excluída no saldo da empresa CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2015	31/12/2014	2015		2014	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	2.296.763	5.016.786	243.223	127.674	403.940	681.689
CAIXA Seguridade S.A (1)	2.950.895	-	517.976	951.282	-	-
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	238	619	2	(448)	2	(207)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	76.069	91.943	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	262.766	210.991	-	-	-	-
Outros Investimentos (2)	3.863	3.863	-	-	-	-
Total	5.593.561	5.327.169	761.201	1.078.508	403.942	681.482

(1) CAIXA Seguridade S.A: Empresa subsidiária da CAIXA constituída em 27 de maio de 2015 - Nota11 (a).

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 14,34% (31/12/2014 – 14,43%) a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Descrição	Composição do imobilizado de uso					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.590.668	(518.560)	1.072.108	1.258.361	(355.224)	903.137
Edificações	1.529.447	(518.560)	1.010.887	1.196.546	(355.224)	841.322
Terrenos	61.221	-	61.221	61.815	-	61.815
Reavaliações de imóveis de uso	715.978	(192.466)	523.512	739.998	(178.338)	561.660
Edificações	524.127	(192.466)	331.661	540.437	(178.338)	362.099
Terrenos	191.851	-	191.851	199.561	-	199.561
Outras imobilizações de uso	7.295.833	(5.026.597)	2.269.236	6.710.077	(4.420.704)	2.289.373
Imobilizações em curso	23.881	-	23.881	32.401	-	32.401
Inst., móveis e equip. de uso	1.606.410	(849.613)	756.797	1.434.706	(762.815)	671.891
Sistema de comunicação	91.438	(77.168)	14.270	91.935	(74.223)	17.712
Sistema de proc.de dados	5.154.813	(3.799.380)	1.355.433	4.772.094	(3.322.045)	1.450.049
Sistema de transporte e segurança	419.291	(300.436)	118.855	378.941	(261.621)	117.320
Total	9.602.479	(5.737.623)	3.864.856	8.708.436	(4.954.266)	3.754.170

Nota 13 – Intangível

Descrição	31/12/2015				31/12/2014			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471
Outros ativos intangíveis	366.655	(57.614)	-	309.041	370.855	(45.987)	-	324.868
Projetos logiciais - Software	1.386.350	(353.353)	-	1.032.997	1.101.751	(245.941)	-	855.810
Total	4.658.770	(1.403.774)	(6.804)	3.248.192	4.270.256	(1.116.939)	(6.168)	3.147.149

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	27.414.883	27.013.964
Pessoas físicas	12.800.437	12.323.481
Pessoas jurídicas	10.704.153	11.550.896
Vinculados	2.071.944	1.842.482
Governo	1.343.474	918.168
Moedas estrangeiras	54.540	11.023
Instituições do sistema financeiro	36.620	60.575
Entidades públicas	215.008	170.142
Contas Encerradas	18.195	-
Outros	170.512	137.197
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	241.362.624	236.836.068
Pessoas físicas	237.999.158	234.391.366
Pessoas jurídicas	2.482.363	2.442.270
Vinculados	2.323	2.432
Contas Encerradas	878.780	-
Depósitos interfinanceiros	2.426.627	3.663.877
Depósitos a prazo	169.582.919	143.348.461
Remuneração prefixada:	80.820.783	67.065.402
Depósitos a prazo em moeda nacional	80.820.783	67.065.402
Remuneração pós-fixada:	88.762.136	76.283.059
Depósitos a prazo em moeda nacional	26.730.337	22.826.263
Depósitos judiciais com remuneração	62.031.799	53.456.796
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.540.011	8.476.386
Sem remuneração	271.022	263.759
Remuneração prefixada	557.968	494.003
Remuneração pós-fixada	13.711.021	7.718.624
Total	455.327.064	419.338.756

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos à Vista	27.414.883	-	-	-	27.414.883	27.013.964
Depósitos de Poupança	241.362.624	-	-	-	241.362.624	236.836.068
Depósitos Interfinanceiros	-	1.813.107	240.152	373.368	2.426.627	3.663.877
Depósitos a prazo	62.057.328	6.518.604	13.251.747	87.755.240	169.582.919	143.348.461
CDB	11.943	6.518.604	13.251.747	87.755.240	107.537.534	89.876.983
Depósitos Judiciais	62.031.799	-	-	-	62.031.799	53.456.796
Outros	13.586	-	-	-	13.586	14.682
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.540.011	-	-	-	14.540.011	8.476.386
Total	345.374.846	8.331.711	13.491.899	88.128.608	455.327.064	419.338.756

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de Poupança	(9.184.163)	(17.355.821)	(7.685.242)	(14.517.622)
Depósitos Interfinanceiros	(139.143)	(271.511)	(186.586)	(295.465)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(7.133.686)	(12.521.361)	(4.696.681)	(8.359.215)
Depósitos judiciais	(2.044.744)	(3.685.038)	(1.438.818)	(2.682.538)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(878.018)	(1.525.007)	(542.655)	(1.063.910)
Outras captações	(356.167)	(695.448)	(311.209)	(589.046)
Total	(19.735.921)	(36.054.186)	(14.861.191)	(27.507.796)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8.569.202	2.901.111
Depósitos - Especiais com remuneração	2.064.505	1.824.348
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.553.768	1.763.026
Depósitos – FISANE	9.722	9.010
Depósitos – PRODEC	56.088	52.047
Programa de Integração Social – PIS	150.246	22.671
Fundo Garantia Safra – FGS	22.768	9.083
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	104.815	69.166
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	426.318	383.860
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.107	7.945
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	8.050	10.447
Depósitos – PREVHAB	701.267	623.966
Saúde CAIXA	271.022	263.759
Outros	594.133	535.947
Total	14.540.011	8.476.386

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2015		2014	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(490.380)	(856.840)	(272.544)	(558.091)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(58.905)	(110.216)	(49.298)	(95.128)
Depósitos - FISANE	TR	(386)	(712)	(303)	(582)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(2.205)	(4.041)	(1.760)	(2.409)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(71.671)	(112.679)	(27.216)	(50.924)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.406)	(4.811)	(2.116)	(3.141)
Depósitos - FAR	Selic	(24.966)	(26.764)	(20.295)	(36.234)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(28.339)	(51.732)	(20.969)	(39.376)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(24.074)	(43.396)	(16.978)	(31.333)
Depósitos - FAS	TR	(102)	(147)	(51)	(76)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(45.437)	(82.441)	(33.179)	(61.600)
Depósitos - Caução	TR	(8.222)	(13.298)	(5.052)	(8.145)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(30.337)	(53.604)	(22.149)	(41.457)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(32.608)	(60.790)	(31.177)	(56.248)
Outros		(56.980)	(103.536)	(39.568)	(79.166)
Total		(878.018)	(1.525.007)	(542.655)	(1.063.910)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/12/2015			31/12/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					159.585	1.319.488	1.479.073	462.236	1.226.330	1.688.566
Proger urbano					96.290	1.021.184	1.117.474	374.230	844.004	1.218.234
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	96.290	1.021.184	1.117.474	374.230	844.004	1.218.234
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	-	-	-	-	-	-
FAT infraestrutura				-	62.920	293.584	356.504	64.789	378.609	443.398
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	62.920	293.584	356.504	64.789	378.609	443.398
FAT – PNMP				-	375	4.720	5.095	23.217	3.717	26.934
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	375	4.720	5.095	23.217	3.717	26.934
Linhas de crédito especiais					417	74.278	74.695	300	74.160	74.460
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	417	74.278	74.695	300	74.160	74.460
Total					160.002	1.393.766	1.553.768	462.536	1.300.490	1.763.026

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Carteira Própria (1)	94.888.385	76.689.005
Letras Financeiras do Tesouro	42.991	-
Letras do Tesouro Nacional	64.294.891	41.115.381
Notas do Tesouro Nacional	22.793.051	27.661.569
Debêntures	7.285.266	7.380.696
Certificados de Recebíveis Imobiliários	472.186	531.359
Letras de Crédito Imobiliário	-	-
Carteira de Terceiros	99.476.082	96.080.879
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.876.951
Letras do Tesouro Nacional	30.798.322	34.742.305
Notas do Tesouro Nacional	68.677.760	54.461.623
Total	194.364.467	172.769.884

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(6.199.629)	(10.909.436)	(4.139.571)	(7.376.051)
Carteira de terceiros	(6.128.099)	(11.712.787)	(6.064.102)	(10.161.535)
Carteira de livre movimentação	(18.083)	(37.822)	(114.669)	(114.669)
Total	(12.345.811)	(22.660.045)	(10.318.342)	(17.652.255)

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2015	31/12/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	687.723	687.723	622.177
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	15.029	15.029	13.522
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	-	-	1.842
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.962	9.962	9.011
Letra Imobiliária	CDI	12.350.695	15.081.699	31.547.648	52.241.692	111.221.734	86.641.772
Letra Financeira	CDI	9.071.460	3.215.465	19.682.275	7.701.066	39.670.266	37.075.325
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	1.052.891	1.052.891	800.129
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	61.604	119.330	368.613	480.263	1.029.810	1.807.449
Total		21.483.759	18.416.494	51.598.536	62.188.626	153.687.415	126.971.227

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras Imobiliárias	(6.433.736)	(11.520.911)	(3.722.380)	(6.294.664)
Letras Hipotecárias	(73.200)	(132.914)	(43.150)	(90.118)
Letras Financeiras	(2.883.423)	(5.381.560)	(2.012.100)	(3.481.578)
Letras de Crédito do Agronegócio	(107.238)	(211.088)	(118.870)	(234.926)
Total	(9.497.597)	(17.246.473)	(5.896.500)	(10.101.286)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

Notas Sêniores	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.865.055	2.519.469
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.812.940	1.259.734
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.947.455	3.424.702
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	5.077.494	3.573.945
Total						15.702.944	10.777.850

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(3.398.731)	(5.572.970)	(2.062.307)	(1.931.254)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(446.429)	(742.047)	(263.776)	(263.775)
Total	(3.845.160)	(6.315.017)	(2.326.083)	(2.195.029)

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Repasses no país	207.682.167	177.431.598
FGTS	172.210.084	145.033.444
BNDES	32.377.811	29.705.446
Tesouro Nacional – PIS	678.164	780.580
Fundo Marinha Mercante	2.228.930	1.838.426
Outras instituições	187.178	73.702
Repasses no exterior	59.184	-
Empréstimos no exterior	14.337.557	5.450.039
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	4.726.401	2.020.285
Demais linhas de crédito	9.611.156	3.429.754
Total de obrigações por empréstimos e repasses	222.078.908	182.881.637

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,11 % ao ano (habitação 4,99 %, infraestrutura 5,89 % e saneamento 6,21 %) e prazo remanescente de retorno com média de 20 anos (habitação 21, infraestrutura 20 e saneamento 14).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% ao ano, acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,5273% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2018. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 2,6310% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasses no país	(8.097.199)	(14.972.302)	(6.320.672)	(11.701.946)
FGTS	(6.810.791)	(12.365.417)	(5.288.106)	(9.790.907)
BNDES	(1.160.274)	(2.041.215)	(762.199)	(1.562.852)
Tesouro Nacional – PIS	(29.556)	(54.912)	(26.940)	(49.895)
Fundo Marinha Mercante	(54.343)	(435.237)	(195.418)	(219.845)
Outras instituições	(42.235)	(75.521)	(48.009)	(78.447)
Repasses no exterior	(25.655)	(25.655)	-	-
Empréstimos no exterior	(2.558.652)	(3.417.278)	(825.854)	(673.032)
Total	(10.681.506)	(18.415.235)	(7.146.526)	(12.374.978)

Nota 18 – Outras obrigações**(a) Composição**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	353.726	342.884
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	104.235	342.662
Sociais e estatutárias	2.943.630	1.879.939
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.969.310	1.920.552
Negociação e intermediação de valores	3.073	70.597
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	12.222.859	10.107.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.799.266	1.900.636
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	24.118.921	20.177.205
Diversas (Nota 18 (e))	53.341.110	51.254.521
Total	97.856.130	87.996.855

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Tributos sobre salários a recolher	438.783	420.855
Tributos sobre serviços a recolher	418.251	246.552
Tributos sobre lucros a recolher	182.425	260.452
Imposto de renda	-	89.502
Contribuição social	-	38.627
COFINS	142.775	113.878
PASEP	18.942	18.445
Outros	20.708	-
Tributos diferidos	1.762.500	828.729
Reavaliação – edificações	127.238	144.104
Contratos futuros	1.635.262	627.790
Tarifas a receber da União	-	32.835
Outros	-	24.000
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	167.351	163.964
Total	2.969.310	1.920.552

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fundos e programas sociais	9.305.546	8.074.813
FGTS	4.777.286	4.100.400
Minha Casa Minha Vida	3.919.855	2.876.925
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	295.477	281.990
Programas de transferência de renda	195.751	140.812
Outros fundos e programas	117.177	674.686
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.509.771	549.281
PIS	1.258.833	497.803
FAT	249.494	50.060
FINSOCIAL	1.444	1.418
Operações com loterias	1.407.542	1.483.765
Total	12.222.859	10.107.859

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Em 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo devedor 31/12/2015	Saldo devedor 31/12/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.577.663	(2.405.972)	3.611.408	4.404.309
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	995.860	-	3.995.860	3.708.587
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	668.116	-	3.668.116	3.434.019
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	246.532	-	3.246.532	3.007.518
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	271.464	-	4.271.464	4.000.000
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	56.866	-	3.056.866	-
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	2.265	-	12.265	10.699
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	3.753	-	21.153	18.451
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	235	-	1.735	1.513
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	51.919	-	251.919	213.388
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	179	-	1.379	-
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	174	-	1.374	-
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	362	-	2.762	-
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	169	-	1.369	-
TVM no exterior elegível – Nível II							
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	868.269	-	1.974.719	1.378.721
Total			20.781.067	5.743.826	(2.405.972)	24.118.921	20.177.205

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias nºs 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nºs 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R\$ 1.799.266 em 31/12/2015 (31/12/2014 – R\$ 1.900.636).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	15.744.858	11.665.078
Saúde Caixa	12.068.398	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação	1.097.455	861.147
Planos de benefícios - Previdência privada	2.579.005	1.456.982
Provisões para pagamentos a efetuar	4.430.825	4.102.417
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	14.699.384	15.322.976
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	3.860.598	2.836.810
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	3.030.517	2.575.029
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	5.298	5.713
Financiamentos imobiliários a liberar	3.777.476	7.926.702
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.306	60.531
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.392.832	5.496.219
Obrigações por convênios	710.351	622.597
Obrigações por contribuições ao SFH	28.211	67.681
Recursos do FGTS para amortizações	682.954	450.660
Valores a pagar a sociedades ligadas (3)	960.289	122.019
Credores diversos exterior	3.291	89
Participação de entidades não integrantes do conglomerado prudencial	12.920	-
Total	53.341.110	51.254.521

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de crédito de habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3533/2008.

(3) Variação apresentada em 2015 refere-se a incremento da obrigação vinculada à aquisições de carteiras de crédito sem coobrigação com o Banco PAN.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cartões de crédito	7.126.843	7.328.476
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	40.909	59.256
Fornecedores	952.810	885.967
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	477.028	536.121
Crédito comercial – repasses	187.549	153.984
Crédito imobiliário – repasses	863.872	961.460
Obrigações com a União – repasses	45.777	41.607
Outros credores – poupança simplificada	500.121	500.195
Contas a pagar (2)	141.894	158.468
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	59.673	54.695
Valores a restituir – penhor	91.445	144.601
Valores a apropriar	3.953.131	4.152.811
Outros credores diversos	258.332	345.335
Total	14.699.384	15.322.976

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/12/2015	31/12/2014
Contrato 348	7.411.895	7.303.701
Contrato 504	7.564.073	7.453.659
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
Total	36.086.566	35.867.958

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2015 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2014. A atualização monetária referente à competência 2015 será incorporada em 2016, após o pagamento dos juros remuneratórios deste exercício.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 14,43% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Reavaliação	400.384	408.392
Reservas de Lucros	9.269.290	6.873.097
Reserva legal	2.617.409	2.325.326
Reserva estatutária – loterias	2.782.368	2.159.653
Reservas margem operacional	3.869.513	2.388.118

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.757.678 (31/12/2014 – R\$ 1.298.566) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 703.072 no exercício de 2015 (R\$ 519.428 no exercício 2014).

Em 2015, foi repassado à União os montantes de R\$ 1.072.774 a título de dividendos complementares do exercício de 2014 (R\$ 29.421 correspondente à atualização monetária) e de R\$ 2.414.154 a título de dividendos (R\$ 1.510.064) e JCP (R\$ 816.147) antecipados do exercício 2015, sendo a atualização monetária sobre os valores antecipados de R\$ 87.943.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	532.966	(135.716)	(17.240)	(901.614)
Tributos Diferidos	4.714.960	8.142.799	2.020.719	3.182.583
Passivo Fiscal Diferido	(1.010.837)	(916.157)	(267.944)	212.082
Ativo Fiscal Diferido	5.725.797	9.058.956	2.288.663	2.970.501
Diferenças Temporárias - constituição / realização	5.497.017	9.124.462	2.299.762	3.530.967
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	141.194	(41.186)	(7.433)	(439.847)
CSLL - MP 2.158-35/01	87.586	(24.320)	(3.666)	(120.619)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	5.247.926	8.007.083	2.003.479	2.280.969

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	(737.540)	421.756	2.542.107	6.006.114
Encargo IRPJ e CSLL	295.028	(168.677)	(1.016.831)	(2.402.422)
Efeitos tributários adições e exclusões	(151.277)	(1.243.207)	502.945	(8.805)
Juros sobre o capital próprio	376.613	703.072	496.418	797.500
Participação em coligadas e controladas	(3.130)	6.635	1.780	12.853
Outros	15.732	566.461	(1.552)	699.260
Imposto de renda e contribuição social do período	532.966	(135.716)	(17.240)	(901.614)

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesa diferida/marcação a mercado	1.475.371	559.567
Outros	127.238	144.104
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.602.609	703.671

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesa diferida/marcação a mercado	159.890	101.057
Outros	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	159.890	101.057

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
Diferenças temporárias:	21.012.609	28.007.239	(18.879.596)	30.140.252
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.734.285	22.604.624	(17.443.754)	18.895.155
Passivos atuariais	2.303.774	1.683.746	(170.717)	3.816.803
Provisões trabalhistas	1.134.723	603.716	(1.212)	1.737.227
Provisões cíveis	1.125.286	453.344	(199.080)	1.379.550
Provisões fiscais	49.808	17.593	(10.324)	57.077
Ajuste a valor de mercado de títulos para negociação	654.647	1.032.195	(52.363)	1.634.479
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.970	23.926	(2.790)	34.106
Outros (1)	1.997.116	1.588.095	(999.356)	2.585.855
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.680.031	-	(65.505)	1.614.526
Prejuízo fiscal a realizar	1.556.090	-	(41.186)	1.514.904
CSLL - MP 2.158-35/01 (1)	123.941	-	(24.319)	99.622
Total dos créditos com impacto no resultado	22.692.640	28.007.239	(18.945.101)	31.754.778
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	965.512	499.569	-	1.465.081
Perdas atuariais CPC 33	1.337.990	1.014.890	-	2.352.880
Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido	2.303.502	1.514.459	-	3.817.961
Total dos créditos tributários	24.996.142	29.521.698	(18.945.101)	35.572.739
Total dos créditos não constituídos	1.586.238	-	(575.104)	1.011.134

(1) Inclui o montante de R\$ 2.374.879 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº. 13.169/15.

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS				
Descrição	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	75.715	99.296	-	175.011
Ajuste a Mercado	75.715	99.296	-	175.011
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos Créditos c/ Impacto no Patrim. Líquido	117.715	41.059	-	158.774
Ajuste a Vr de Mercado Títulos Disp. para Venda	117.715	41.059	-	158.774
Total	193.430	140.355	-	333.785

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2015 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2016	1.514.904	99.622	15.708.401	17.322.927
2017	-	-	8.593.772	8.593.772
2018	-	-	1.334.620	1.334.620
2019	-	-	1.914.103	1.914.103
2020	-	-	671.912	671.912
2021	-	-	659.194	659.194
2022 a 2025	-	-	5.409.996	5.409.996
Total	1.514.904	99.622	34.291.998	35.906.524
Valor Presente	1.498.273	98.528	29.758.551	31.355.352

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	45.841.182	86.600.379	35.919.247	66.348.709
Operações compromissadas	9.177.409	16.962.907	7.674.861	12.380.946
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.760.758	7.572.047	3.917.534	8.553.596
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.308.813	2.056.355	923.798	1.728.906
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.619.912	7.241.493	2.508.168	5.367.628
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.855.422	8.874.579	2.353.175	1.460.036
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.083.022	9.192.461	3.876.248	7.308.196
Créditos vinculados ao SFH	1.211.383	2.242.656	817.377	1.628.112
Resultado de operações de câmbio	1.755.227	2.691.087	1.267.408	1.027.385
Outras	590.496	1.017.373	391.543	1.013.487
Total	78.203.624	144.451.337	59.649.359	106.817.001

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(28.216.358)	(51.504.141)	(20.028.450)	(36.249.707)
Operações com instituições financeiras	(139.143)	(271.511)	(186.586)	(295.466)
Operações compromissadas	(12.345.810)	(22.660.045)	(10.318.342)	(17.652.255)
TVM no exterior - sem subordinação	(3.398.731)	(5.572.970)	(2.062.307)	(1.931.254)
TVM no exterior - com subordinação	(446.429)	(742.047)	(263.776)	(263.776)
Empréstimos, cessões e repasses	(10.681.506)	(18.415.235)	(7.146.526)	(12.374.978)
Depósitos especiais e fundos e programas	(878.018)	(1.525.007)	(542.655)	(1.063.909)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.074.089)	(19.657.016)	(6.727.204)	(13.156.873)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.298.111)	(2.815.517)	(2.348.044)	(2.529.252)
Total	(67.478.195)	(123.163.489)	(49.623.890)	(85.517.470)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	3.552.413	6.746.387	3.182.349	5.985.008
Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)	2.252.323	4.395.989	1.999.674	3.903.141
Fundo de compensação de variações salariais (FCVS)	72.990	136.939	71.312	128.650
Programa de integração social (PIS)	95.942	118.352	105.674	127.917
Loterias federais	848.820	1.443.206	750.464	1.319.428
Financiamento estudantil - (FIES)	211.333	420.125	154.409	282.358
Fundo de arrendamento residencial (FAR)	25.754	59.353	35.190	73.694
Repasses secretaria do tesouro nacional (STN)	22.068	118.149	36.931	88.452
Seguro-desemprego	23.037	52.699	28.153	59.630
Outros	146	1.575	542	1.738
Rendas de cartões	771.879	1.534.619	784.390	1.515.420
Operações de crédito e garantias prestadas	1.001.883	1.982.477	980.183	1.820.147
Cobrança	349.971	684.586	324.838	637.623
Arrecadações	1.231.986	2.416.853	1.130.094	2.279.241
Fundos de investimentos e carteiras administradas	749.923	1.452.751	743.741	1.443.204
Conta corrente	202.196	330.616	110.994	165.610
Programa de transferência de renda	179.595	349.640	180.091	363.112
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	18.895	36.879	20.134	182.298
Prestados a ligadas	253.963	540.488	252.631	374.238
Outros serviços	333.469	589.182	233.620	464.047
Total	8.646.173	16.664.478	7.943.065	15.229.948

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	271.969	578.374	280.846	494.111
Operações de crédito e cadastro	562.664	1.066.436	461.185	876.678
Pacote de serviços	981.633	1.833.676	720.572	1.389.866
Contas de depósito	253.524	463.088	193.401	358.030
Transferência de recursos	108.885	206.486	90.428	165.614
Outras	37.575	48.246	8.212	15.344
Total	2.216.250	4.196.306	1.754.644	3.299.643

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(6.507.465)	(12.612.582)	(5.847.629)	(11.165.513)
Salários e proventos	(5.802.372)	(11.402.393)	(5.384.110)	(10.380.641)
Indenizações trabalhistas	(705.093)	(1.210.189)	(463.519)	(784.872)
Benefícios	(1.183.083)	(2.378.179)	(1.184.478)	(2.243.740)
Encargos sociais:	(2.357.813)	(4.605.275)	(2.214.204)	(4.280.058)
FGTS	(438.810)	(858.065)	(409.172)	(791.959)
Previdência social	(1.350.038)	(2.647.294)	(1.256.844)	(2.437.480)
Prev. complementar	(422.627)	(827.492)	(408.603)	(797.547)
Outros encargos	(146.338)	(272.424)	(139.585)	(253.072)
Outros	(86.188)	(166.624)	(99.210)	(190.300)
Total	(10.134.549)	(19.762.660)	(9.345.521)	(17.879.611)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(275.396)	(590.245)	(355.390)	(685.433)
Manutenção e conservação de bens	(462.077)	(901.842)	(463.020)	(903.306)
Água e energia	(223.729)	(447.215)	(157.718)	(321.355)
Aluguéis e arrendamento de bens	(725.678)	(1.458.620)	(687.288)	(1.338.435)
Despesas de material	(74.146)	(178.251)	(84.610)	(187.868)
Processamento de dados	(739.617)	(1.438.292)	(657.178)	(1.231.770)
Promoções e relações públicas	(189.898)	(372.289)	(186.851)	(354.112)
Propaganda e publicidade	(239.652)	(382.358)	(286.455)	(519.447)
Serviços do sistema financeiro	(268.207)	(517.091)	(228.527)	(429.980)
Serviços de terceiros	(868.201)	(1.700.440)	(773.735)	(1.556.203)
Serviços especializados	(322.324)	(654.051)	(354.243)	(673.620)
Serviços de vigilância e segurança	(410.420)	(800.949)	(423.003)	(869.301)
Amortização	(383.397)	(717.332)	(324.675)	(649.173)
Depreciação	(464.485)	(933.602)	(427.649)	(825.693)
Outras administrativas	(260.211)	(451.241)	(207.247)	(385.610)
Total	(5.907.438)	(11.543.818)	(5.617.589)	(10.931.306)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	17.107	209.972	25.300	509.687
Comissões e taxas sobre operações - agente financeiro FGTS	1.977.978	3.846.070	2.158.346	3.917.834
Recuperação de despesas	685.612	1.356.424	1.700.101	2.300.525
Reversão de outras provisões operacionais	227.399	1.162.070	1.336.851	2.284.986
Atualização de depósitos em garantia	473.712	881.010	377.400	706.439
Rendas de créditos específicos	48.657	88.390	35.450	66.444
Receita de deságio na aquisição de royalties	10.146	13.191	1.349	77.530
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (1)	7.460	116.597	172.355	405.370
Atualização Monetária sobre Operações Diversas (2)	115.785	468.262	10.679	32.106
Outras receitas operacionais	405.913	764.232	429.168	817.567
Particip. de entidades não integrantes do congl. prudencial	96	96	-	-
Total	3.969.865	8.906.314	6.246.999	11.118.488

(1) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014;

(2) Variação em 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (u))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(287.814)	(395.307)	(352.683)	(545.486)
Obrigações com fundos e programas	(432.396)	(979.851)	(980.068)	(1.239.416)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(182.918)	(305.629)	(328.830)	(1.232.845)
Despesas com cartão	(478.625)	(1.147.789)	(742.429)	(1.298.523)
Despesas com loterias	(100.223)	(213.122)	(115.276)	(214.563)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.053.894)	(2.201.820)	(1.152.844)	(2.175.340)
FGTS - arrecadação/pagamento	(239.272)	(492.321)	(243.852)	(490.358)
Serviços automatizados	(184.512)	(344.814)	(147.950)	(282.354)
Alavancagem de negócios	(365.872)	(613.179)	(259.427)	(434.229)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	-	(156.820)
Operações de financiamentos Imobiliários	(279.994)	(609.205)	(348.572)	(674.190)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(215.191)	(397.724)	(146.368)	(274.548)
Descontos de operações de crédito	(191.647)	(651.729)	(420.272)	(560.654)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	(80.515)	(305.673)	(157.176)	(244.901)
Provisões operacionais (1)	(1.062.796)	(1.600.582)	(337.975)	(608.864)
Provisão para causas judiciais	(1.006.639)	(1.843.712)	(394.495)	(879.801)
Condenações judiciais	(67.634)	(99.162)	(106.372)	(209.520)
Benefícios sociais	(110.241)	(177.225)	(39.198)	(64.150)
Benefício pós-emprego	(961.582)	(1.700.218)	(419.290)	(838.586)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	-	(108.257)	-	-
Ajustes operacionais em operações de crédito (2)	(1.032.438)	(1.034.033)	(24.028)	(24.028)
Outras	(525.575)	(1.061.711)	(371.605)	(835.237)
Total	(8.859.778)	(16.283.063)	(7.088.710)	(13.284.413)

(1) Variação apresentada em 2015 refere-se a mudança de estimativa para cálculo da taxa de performance prevista nos contratos de aquisição de carteiras de crédito com o Banco PAN.

(2) Variação apresentada em 2015 refere-se à correção do valor de dívida de operações de crédito que estavam com atualização de encargos de atraso em desacordo com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999. Este acréscimo de despesa é anulado pela receita com reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8 (i)).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	109.250	232.196	103.823	208.984
Lucro na alienação de valores e bens	39.649	76.008	37.373	80.608
Alienação de bens imóveis	13.315	26.905	11.078	24.626
Sobras de caixa não reclamadas	25.109	51.151	24.591	49.412
Multas e penalidades	10.666	21.718	18.334	36.908
Ganhos de Capital c/ ajuste de valores pendentes	1.185	24.181	2.031	2.090
Recuperação de perdas com fraudes	4.146	11.758	4.774	6.729
Outras rendas não operacionais	15.180	20.475	5.642	8.611
Despesas não operacionais	(502.565)	(878.215)	(432.583)	(823.634)
Desvalorização de outros valores e bens	(47.680)	(61.043)	(67.248)	(76.640)
Indenizações por perdas e danos	(156.183)	(267.348)	(90.804)	(199.885)
Perdas em imóveis	(22.716)	(52.541)	(22.335)	(46.109)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(74.263)	(182.322)	(150.532)	(249.853)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.594)	(27.008)	(14.523)	(24.406)
Perdas em cartões de crédito	(2.374)	(54.142)	(45.612)	(78.640)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(135.900)	(165.888)	(12.506)	(109.624)
Outras despesas não operacionais	(51.855)	(67.923)	(29.023)	(38.477)
Total	(393.315)	(646.019)	(328.760)	(614.650)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(1.211.255)	(2.347.611)	(990.218)	(1.993.891)
PIS/PASEP	(194.089)	(379.098)	(161.227)	(324.620)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(308.954)	(624.769)	(273.798)	(511.083)
Despesas com IPTU	(10.604)	(67.190)	(4.523)	(57.718)
Outras	(36.476)	(57.470)	(21.666)	(25.687)
Total	(1.761.378)	(3.476.138)	(1.451.432)	(2.912.999)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2014	Exercício de 2015					31/12/2015
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	11.312	10.697	24.860	(40.791)	(2.691)	167.351
INSS	19.668	4.413	1.716	57	(83)	-	25.771
ISS	102.480	5.169	5.810	22.510	(35.663)	(2.641)	97.665
Outros	41.816	1.730	3.171	2.293	(5.045)	(50)	43.915
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	421.597	149.876	658.299	(726.202)	(48.082)	3.030.517
Perdas e danos	832.693	304.885	55.695	84.307	(478.687)	(46.810)	752.083
Poupança	882.507	80.391	8.095	481.866	(174.865)	(1.270)	1.276.724
Loterias	15.474	56	1.338	140	(6.767)	(2)	10.239
Crédito imobiliário	108.033	812	10.530	1.160	(15.266)	-	105.269
Contingenciamento do FGTS	736.322	35.453	74.218	90.826	(50.617)	-	886.202
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	595.638	182.823	869.610	(586.997)	(37.286)	3.860.598
Outras (Nota 18 (e))	5.713	-	-	-	(415)	-	5.298
Total	5.581.516	1.028.547	343.396	1.552.769	(1.354.405)	(88.059)	7.063.764

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31 de dezembro de 2015, correspondem ao total de R\$ 1.496.712 (31/12/2014 – R\$ 1.467.472), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 25.771 (31/12/2014 – 19.668).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao montante de R\$ 506.743 (31/12/2014 – 556.402).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 97.665 (31/12/2014 – 102.480).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 02 processos de PER/DCOMP não homologados no valor de R\$ 7.795 (31/12/2014 – 7.054), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2015 constavam 65.418 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 62.405 “não relevantes” e 3.013 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2015 constavam 326.850 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 325.778 “não relevantes” e 1.072 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2015 foi provisionado R\$ 1.276.724 para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 para estes processos foi de R\$ 886.202.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2015, a CAIXA realizou 49.949 acordos processuais (70% referentes a ações indenizatórias e 30% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas; do contrário, poderia inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Demandas Fiscais	5.631.847	5.512.106
Demandas Cíveis	1.454.784	1.318.151
Total	7.086.631	6.830.257

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.631.847, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 - R\$ 5.512.106), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 82.772 (31/12/2014 – R\$ 76.303), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.621.164, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 4.491.551), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 206.921, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 199.801), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 155.923, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 147.465), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 233.211 (31/12/2014 – R\$ 218.672), em 31 de dezembro de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.454.784 (31/12/2014 - R\$ 1.318.151) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Demandas Fiscais	9.997.452	9.317.717
Demandas Cíveis	918.546	738.906
Demandas Trabalhistas	2.795.949	2.569.258
Total	13.711.947	12.625.881

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
União (1)	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade Participações S.A. (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (3)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Elo Serviços S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Inclui os fundos e programas sociais e as entidades sob controle comum da União.

(2) As transações realizadas com essa entidade são eliminações quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que essa entidade é integrante do consolidado.

(3) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/12/2015				31/12/2014			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas (2)	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
ATIVO:	2.697.966	127.028	25.189.875	-	4.769.619	3.264	16.127.456	-
Aplicações em dep. interfinanceiros	-	-	9.691.758	-	-	-	5.854.505	-
Rendas a receber	1.830.660	-	24.496	-	3.115.340	-	28.108	-
Operações de crédito	26.732	-	-	-	902.094	-	-	-
Créditos adquiridos	-	-	15.473.621	-	-	-	10.244.843	-
Outros créditos	840.574	-	-	-	752.185	3.264	-	-
Dividendos e JCP a receber	-	127.028	-	-	-	-	-	-
PASSIVO:	37.204.591	-	1.158.220	1.630	33.135.140	293.017	181.253	1.562
Depósitos	244.556	-	718	1.630	181.221	293.017	10.951	1.562
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais (3)	35.286.937	-	-	-	32.326.599	-	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (4)	118.650	-	-	-	37.465	-	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (4)	1.509.771	-	-	-	549.281	-	-	-
Obrigações diversas	44.677	-	1.157.502	-	40.574	-	170.302	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valores do grupo Controladas não apresentados em 2014 visto que foram divulgados apenas os Demonstrativos Consolidados, nos quais são eliminadas as transações intercompanhia.

(3) Foi acrescentado em 2014 no grupo Controladora o valor de R\$ 32.323.720, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2014 de R\$ 2.879 referia-se apenas a União.

(4) Valores do grupo Controladora não apresentados em 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2º semestre - 2015				2º semestre - 2014			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas (2)	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
RECEITAS:	71.089	-	793.310	-	78.925	6.069	583.033	-
Rdas. dep. interfinanceiros	-	-	539.893	-	-	-	310.355	-
Rendas prest. serviços	22.432	-	253.417	-	37.406	-	272.678	-
Rendas de operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras rec. operacionais	48.657	-	-	-	41.519	6.069	-	-
DESPESAS:	(2.393)	-	(818.572)	(456.159)	(18.125)	(23.404)	(221.654)	(443.031)
Despesas de captação	-	-	-	-	-	(23.404)	-	-
Despesas de pessoal (3)	-	-	-	(422.627)	-	-	-	(408.603)
Desp. admin. – aluguéis	-	-	-	(33.532)	-	-	-	(34.428)
Outras desp. operacionais	(2.393)	-	(818.572)	-	(18.125)	-	(221.654)	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valores do grupo Controladas não apresentados em 2014 visto que foram divulgados apenas os Demonstrativos Consolidados, nos quais são eliminadas as transações intercompanhia.

(3) Valor do grupo Outras Entidades não apresentados em 2014.

Descrição	Exercício - 2015				Exercício - 2014			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas (2)	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
RECEITAS:	207.336	-	1.464.797	-	172.266	16.042	1.157.297	-
Rdas. dep. Interfinanceiros	-	-	920.796	-	-	-	600.894	-
Rendas prest. Serviços	118.946	-	544.001	-	89.781	1	556.403	-
Rendas de operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras rec. Operacionais	88.390	-	-	-	82.485	16.041	-	-
DESPESAS:	(4.423)	-	(1.011.661)	(876.501)	(38.637)	(43.707)	(221.654)	(861.383)
Despesas de captação	-	-	-	-	-	(43.707)	-	-
Despesas de pessoal (3)	-	-	-	(827.492)	-	-	-	(797.547)
Desp. admin. – aluguéis	-	-	-	(49.009)	-	-	-	(63.836)
Outras desp. Operacionais	(4.423)	-	(1.011.661)	-	(38.637)	-	(221.654)	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valores do grupo controladas não apresentados em 2014, pois foi divulgado apenas o quadro referente ao consolidado, no qual as transações intercompanhia são eliminadas.

(3) Valor do grupo Outras Entidades não apresentados em 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	14.806	34.720	15.833	29.473
Proventos	10.978	26.058	12.214	22.342
Encargos Sociais	3.828	8.662	3.619	7.131

Descrição	31/12/2015 (valores em R\$)		31/12/2014 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	36.901,00	50.973,08	33.532,00
Salário médio	42.982,42	8.101,39	41.131,50	7.204,18
Menor salário	39.685,01	2.429,00	37.976,08	2.208,00
Benefícios	4.747,86	2.404,27	5.094,26	2.390,38

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.500.687 (R\$ 2.315.831 - 31/12/2014) na demonstração consolidada.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo	3.019.366	2.789.534
Natureza salarial	2.499.975	2.315.402
Participação dos empregados no lucro	519.391	474.132
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	15.744.858	11.665.078
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	12.068.398	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.097.455	861.147
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4))	2.579.005	1.456.982
Total	18.764.224	14.454.612

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

No que diz respeito aos levantamentos atuariais, até 31/12/2014, a CAIXA providenciou cálculos atuarias relativos aos benefícios pós-emprego com periodicidade anual. A partir de 2015, esses cálculos passaram a ser realizados semestralmente.

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

A Fundação conta ainda com grupos e comissões internos criados com objetivos específicos e instaurados por meio de Portaria da Presidência da FUNCEF (PRESI).

Quantos aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Dentre outros riscos, a CAIXA está exposta ao risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora dos Planos de Previdência administrados pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) e dos planos Saúde Caixa, auxílio/cesta alimentação e assistidos PREVHAB, sob gestão direta da própria CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário.

Para dezembro de 2015 a margem de capital da CAIXA é mais do que suficiente para suportar o risco atuarial apurado.”

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um dos planos, inclusive os administrados pela FUNCEF:

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado. O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 12.068.398 (31/12/2014 – R\$ 9.346.949).

(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2015 a agosto de 2016 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 652,08 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2015 a agosto de 2016 é de R\$ 491,52 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.097.455 (31/12/2014 – R\$ 861.147).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco. Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas

situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 66 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da Obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme divulgado pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF o Plano de Previdência REG/REPLAN patrocinado pela CAIXA registrou em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado.

O plano para equacionamento deste déficit acumulado seguirá a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001 deverá arcar paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

A elaboração do referido plano está em curso pela FUNCEF com implementação prevista para 2016.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	93.523	60.939	154.462	98.190	49.789	147.979
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	15.101	15.101	-	14.421	14.421
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	65	65	-	67	67
REG/REPLAN	25.127	38.513	63.640	28.532	34.913	63.445
REB	7.265	705	7.970	7.562	655	8.217
Novo Plano	88.028	4.865	92.893	88.465	3.856	92.321

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Nos planos onde foi observado superávit na posição de 30/06/2015, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,50% para 2016, 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN salgado		REG/REPLAN não salgado		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de juros (1)	13,91	12,8	14,22	12,8	14,42	12,77	14,27	12,8	14,2	12,8	14,37	12,79	14,27	12,8
Aumento anual dos salários (projeção)	-	-	-	-	-	-	N/A	N/A	9,03	8,71	10,87	10,99	9,85	8,92
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	6,47	6,19	6,47	6,19	8,41	7,81	6,47	6,19	6,47	6,19
Taxa de inflação média anual	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	14,42	12,77	14,27	12,8	14,2	12,8	14,37	12,79	14,27	12,8
Taxa de rotatividade (2)	1,08	Experiência FUNCEF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A	H - 53 M - 48	H - 53 M - 48	H - 55 M - 52	H - 55 M - 51	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52

(1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,47%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

(2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VPOA ¹ no início do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.146)	(751.678)	(49.944)	(45.520)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.780)
Custo do serviço corrente	(256.951)	(400.434)	-	-	-	-	(83.659)	(3.648)	(2.718)	(1.303)	(20.856)	(37.648)
Custo de juros	(1.291.927)	(728.632)	(122.223)	(84.876)	(5.691)	(5.239)	(5.300.051)	(4.725.790)	(32.052)	(59.913)	(79.020)	(58.521)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(30.704)	(17.694)	(181)	(371)	-	(4.483)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(1.519.532)	(2.292.659)	(219.016)	(116.981)	10.131	(3.056)	1.816.641	1.283.417	(8.274)	302.163	(210.638)	1.101
Ajuste de experiência	958.037	(796.063)	(309.166)	(143.399)	5.988	(5.974)	(2.927.808)	(715.647)	(48.333)	304.633	(344.869)	(12.588)
Alterações premissas demográficas	(510.781)	296.766	-	(3.903)	-	174	190.595	(465.883)	3.002	(18.928)	17.081	(60.015)
Alterações premissas financeiras	(1.966.788)	(1.793.362)	90.150	30.321	4.143	2.744	4.553.854	2.464.947	37.057	16.458	117.150	73.704
Benefícios pagos pelo plano	346.961	286.531	104.930	92.388	4.388	3.871	2.985.053	1.948.985	20.176	6.573	30.830	9.912
VPOA¹ no final do exercício	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(42.414.665)	(41.801.945)	(277.605)	(254.556)	(861.103)	(581.419)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	EX-PREHVAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2016	382.541	112.449	4.182	3.297.737	23.651	55.696
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2017	402.893	102.253	4.513	3.144.969	21.853	53.346
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2018	419.898	92.894	4.057	2.959.706	20.175	51.291
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2019	433.384	84.297	3.638	2.782.555	18.614	49.054
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2020 ou posterior	10.429.682	705.562	24.726	30.229.698	193.312	651.716
Total	12.068.398	1.097.455	41.116	42.414.665	277.605	861.103
Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2015	27,86 anos	12,82 anos	8,54 anos	Saldado: 11,6 anos Não saldado: 13,3 anos	9,5 anos	11,5 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREHVAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	49.944	45.520	39.189.888	41.054.967	263.803	299.895	279.514	271.445
Receitas de juros	-	-	-	-	5.691	5.239	4.768.136	4.820.209	32.355	35.702	39.089	32.574
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	(10.131)	3.056	(3.165.071)	(4.775.300)	(25.838)	(65.609)	24.245	(22.711)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	48.022	21.303	568	17	32.425	3.635
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	30.704	17.694	181	371	-	4.483
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(4.388)	(3.871)	(2.985.053)	(1.948.985)	(20.176)	(6.573)	(30.830)	(9.912)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	41.116	49.944	37.886.626	39.189.888	250.893	263.803	344.443	279.514

 VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN (Saldado)		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Renda Fixa	-	-	-	-	100,00%	100,00%	51,65%	43,74%	53,25%	41,34%	63,48%	50,02%
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	23,76%	32,33%	23,94%	32,78%	18,14%	25,18%
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-	9,31%	10,17%	7,89%	10,35%	6,78%	12,50%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	11,99%	10,79%	4,54%	4,65%	0,73%	0,80%
Operações com Participantes	-	-	-	-	-	-	3,27%	2,95%	10,37%	10,87%	10,87%	11,51%
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	0,02%	0,03%	0,01%	0,01%	-	-
Total	-	-	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	EX-PREVHAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	722	9	4
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	617.506	34.033	329.279
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	684.197	8.185	7.206
Total	-	-	-	1.302.425	42.227	336.489

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VPOA ¹ no final do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(42.414.665)	(41.801.945)	(277.605)	(254.556)	(861.104)	(581.419)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	41.116	49.944	37.886.626	39.189.888	250.893	263.803	344.443	279.514
Superávit/ (déficit) do plano	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(4.528.038)	(2.612.057)	(26.712)	9.247	(516.661)	(301.905)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	2.307.318	1.306.028	13.356	-	258.331	150.952
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	(86.598)	-	-	(9.247)	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(2.307.318)	(1.306.029)	(13.356)	-	(258.331)	(150.953)

VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarialVJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.146)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)
Custo do serviço	(256.951)	(400.434)	-	-	-	-	(83.659)	(3.648)	(2.718)	(1.303)	(20.856)	(37.648)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(1.291.927)	(728.631)	(122.223)	(84.876)	-	-	(265.957)	-	(145)	(12.105)	(19.966)	(12.974)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	48.022	21.303	568	17	32.425	3.635
Benefícios pagos diretamente pela empresa	346.961	286.531	104.930	92.388	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.519.531)	(2.292.660)	(219.016)	(116.981)	-	-	(699.695)	(1.323.684)	(11.061)	114.296	(98.981)	6.201
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(12.068.397)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(2.307.318)	(1.306.029)	(13.356)	-	(258.331)	(150.953)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	Exercício		Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Custo do serviço corrente líquido	(178.710)	(256.951)	-	-	8.545	(83.659)	(1.382)	(2.718)	(16.599)	(18.198)
Custo de juros líquidos	(1.651.529)	(1.291.927)	(164.042)	(115.421)	(329.120)	(265.957)	(1.712)	(145)	(35.639)	(19.197)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.830.239)	(1.548.878)	(164.042)	(115.421)	(320.575)	(349.616)	(3.094)	(2.863)	(52.238)	(37.396)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	Exercício		Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	382.541	297.370	112.449	81.763	51.130	22.622	605	18	34.523	3.860
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	382.541	297.370	112.449	81.763	51.130	22.622	605	18	34.523	3.860

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREHAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN salgado									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.850)
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(245.623)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não salgado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.334)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.852)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(145)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.965)
Valor presente das obrigações	(900.465)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.104)

CCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2014
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros para o próximo semestre	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros para o próximo semestre	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
Assistidos PREVHAB									
Custo dos juros para o próximo semestre	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros para o próximo semestre	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.713.498)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
REB									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros para o próximo semestre	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(31.342)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros para o próximo semestre	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
REG/REPLAN	21.528	18.130
Total	21.528	18.130

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Causas judiciais	3.390	3.780
Total	3.390	3.780

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultados e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) **Exigência de Capital Regulatório**

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2015 (1)	31/12/2014
Patrimônio de Referência – PR	78.962.391	79.402.213
Nível I	55.537.056	59.237.193
Capital Principal – CP	55.537.056	59.237.193
Patrimônio líquido (2)	26.616.877	26.222.766
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	35.867.958
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(1.646.635)	-
Ajustes prudenciais	(5.519.752)	(2.853.531)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
Nível II	23.425.335	20.165.020
Instrumentos de dívida subordinada	21.850.246	18.554.433
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(722.282)	-
Notas Subordinadas	2.014.328	1.370.226
Letras Financeiras	293.957	244.051
Letras Financeiras (dedução 20%)	(2.453)	(3.690)
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.461)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	547.136.671	493.956.341
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	504.257.301	470.702.401
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	2.529.614	2.986.701
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.715.595	1.985.813
Commodities – RWA_{COM}	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	814.019	1.000.888
Risco operacional - RWA_{OPAD}	40.349.756	20.267.239
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ($RWA \cdot 0,11$) - PRMR	60.185.033	54.335.198
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	8.226.904	6.561.083
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	10.550.454	18.505.932
Índice de capital principal (CP / RWA)	10,15%	11,99%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	10,15%	11,99%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,43%	16,07%

(1) Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

(2) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Eventos Subsequentes

Em 19 de janeiro de 2016, considerando deliberação do Conselho de Administração, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Instantânea, inscrita sob o CNPJ nº 24.038.490/0001-83, tendo como objeto social:

- i) a gestão e execução da Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEX), em todo o território nacional, conforme determinado pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015;
- ii) a produção, armazenagem, distribuição e comercialização de bilhetes da LOTEX, de forma direta ou por meio de subcontratações; e
- iii) a administração e comercialização de apostas da LOTEX em meios eletrônicos, de forma direta ou por meio de subcontratações.

A CAIXA instantânea está constituída como sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado e capital integralizado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representando por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito integralmente pela CAIXA.

A Companhia tem sede e foro em Brasília/DF, podendo criar, instalar e suprimir sucursais, filiais, agências, escritórios e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza
Vice-presidente

Paulo José Galli
Vice-presidente

Roberto Derziê Sant'Anna
Vice-presidente

Rubens Rodrigues dos Santos
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF